GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA RECONSTRUÇÃO GAÚCHA

Subsecretaria de Projetos para Reconstrução
Departamento de Fiscalização de Concessões Rodoviárias

RELATÓRIO

I. DADOS DO CONTRATO E IDENTIFICAÇÃO DO DOCUMENTO

Identificação: DFCR-RSM-RV-086-2026;

Data(s) da Vistoria: 10 e 11/08/2026;

Data do Relatório de Vistoria: 12/08/2026;

Identificação do Contrato: CONTRATO SELT Nº 20/2021 – EDITAL CRI nº 0001/2020;

Objeto do Contrato: concessão da infraestrutura de transporte do trecho da RSC-287, trecho Tabaí – Santa Maria (km 28,03 ao km 232,54);

Concessionária: Rota de Santa Maria (RSM);

Assunto: vistoria técnica em campo;

Referência: SEI nº 26/0400-9000300-5.

II. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

a) Compete à Secretaria da Reconstrução Gaúcha (SERG), criada pela Lei Estadual n° 16.136/2024, conforme consta no Anexo II da Lei Estadual nº 15.934/2023, dentre outras atribuições, *"i) exercer a fiscalização dos contratos de concessões rodoviárias e aprovar os respectivos projetos de engenharia, sem prejuízo da fiscalização das obras pela Secretaria de Logística e Transportes"*;

b) Para isso, conforme art. 5º, parágrafo único, da Lei nº 14.875/2016 e suas atualizações, a Secretaria *"poderá firmar convênios, termos de cooperação e contratar serviços de terceiros"*;

c) Nesse sentido, de acordo com o disposto no art. 12 do Decreto Estadual n° 58.282/2025, que dispõe sobre a estrutura básica da SERG e aprova o seu regimento interno, compete ao Departamento de Fiscalização de Concessões Rodoviárias (DFCR):

> **I - planejar, coordenar, executar e supervisionar a fiscalização dos contratos das concessões rodoviárias, exceto as obras, e aprovar os projetos de engenharia apresentados pelas concessionárias;**
>
> II - promover a elaboração de manuais e normas técnicas para aprimoramento da gestão e atualização das disposições técnicas dos contratos, nos assuntos de sua competência;
>
> III - acompanhar o atendimento dos prazos contratuais, bem como dos prazos das autorizações e licenças necessárias à execução das obras e serviços operacionais das concessões rodoviárias;
>
> **IV - compilar informações gerenciais da fiscalização dos contratos;**
>
> **V - fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais relacionadas ao desenvolvimento tecnológico e à manutenção da atualidade dos serviços das concessões rodoviárias;**
>
> **VI - promover a gestão dos contratos necessários ao apoio da fiscalização;**
>
> VII - apoiar tecnicamente a Secretaria de Logística e Transportes na fiscalização das obras da concessão, quando solicitado; e
>
> VIII - executar outras atividades correlatas ou que lhe venham a ser atribuídas pelo Subsecretário de Projetos para Reconstrução. (grifos e sublinhados próprios).

d) Ademais, conforme previsto no inciso VIII, §2º, do artigo acima referido, à Divisão de Fiscalização de Operação e Manutenção (DIFOM), pertencente ao DFCR, compete:

> **VIII - realizar vistorias técnicas para fiscalização das obrigações contratuais e emitir relatórios para conhecimento dos demais órgãos estaduais;** (grifo próprio).

e) Ainda, nos termos da subcláusula 13.1 do Contrato de Concessão SELT n° 20/2021, a concessionária estará sujeita à fiscalização do Poder Concedente com relação ao cumprimento do contrato, o qual poderá, dentre outros mecanismos e instrumentos, contratar serviços de terceiros. *In verbis:*

> 13.1 A CONCESSIONÁRIA sujeitar-se-á a fiscalização do PODER CONCEDENTE com relação ao cumprimento do contrato de concessão, e a fiscalização regulatória da AGERGS, **que poderão contar com a cooperação de usuários, firmar convênios, termos de cooperação técnica e contratar serviços de terceiros.** (grifo e sublinhado próprio).

f) Pelo exposto, tem-se que, no âmbito do Poder Concedente, as ações de fiscalização do Contrato de Concessão nº 20/2021 são conduzidas pelo Departamento de Fiscalização de Concessões Rodoviárias (DFCR), vinculado à Secretaria da Reconstrução Gaúcha (SERG);

g) Passa-se à análise e manifestação.

III. ANÁLISE E MANIFESTAÇÃO

a) O presente documento apresenta, em anexo, o relatório identificado como AFA-RSM-VT1-059-2026, elaborado pela empresa AFAPLAN – Planejamento e Gestão de Projetos Ltda., CNPJ nº 13.533.601/0001-01, contendo os dados do levantamento em campo realizado na(s) data(s) de 10 e 11 de agosto de 2026;

b) O escopo dos serviços técnicos especializados de engenharia consultiva, realizados em apoio às atividades de fiscalização das concessões rodoviárias do Estado do Rio Grande do Sul, está definido no Contrato SERG nº 20907/2025, firmado entre o Estado e a empresa supracitada;

c) A SERG/SPR/DFCR, ao recepcionar a documentação apresentada pela empresa de apoio técnico, **procedeu à análise e concluiu que há evidências de inconformidades contratuais**, no que tange ao subitem 3.1 – Obrigações de Recuperação e Manutenção, conforme o Programa de Exploração da Rodovia (PER), anexo 2 do Contrato de Concessão SELT nº 20/2021;

d) A SERG/SPR/DFCR registra que, conforme descrito no item 3.3.1 do PER, **as correções dos defeitos/constatações realizadas no pavimento da rodovia deverão**, obrigatoriamente, atender às especificações do DAER/RS (remendo superficial), inclusive para as panelas, devendo o local de correção ser cortado no esquadro, de maneira que a camada de recomposição apresente superfície nivelada, admitindo-se, **no entanto, remendos cujas deformações/desníveis sejam inferiores a 5 mm em relação ao pavimento original (medido com régua de 3,6 m), conforme previsto no item 3.1.1 do Programa de Exploração da Rodovia (PER)**;

e) Para a **correção dos defeitos/constatações do tipo panela**, a concessionária **deverá atender dentro do prazo previsto no item 3.1.1 do PER, ou seja, 24 horas**;

f) Para evidenciar a correção das não-conformidades, a concessionária deverá encaminhar o registro fotográfico **constando, no mínimo: data, hora, local e coordenadas georreferenciadas;**

g) Será considerada **não atendida a constatação cuja a evidência encaminhada pela concessionária não comprovar que a correção do defeito esteja conforme especificação do DAER/RS**;

h) Diante do exposto, a SERG/SPR/DFCR recomenda a notificação da concessionária pela Secretaria de Logística e Transportes (SELT), com base no anexo deste relatório.

Este é o relatório,

Porto Alegre, 12 de agosto de 2026.

GEÓLOGO MSc. ROBERTO NUNES VANACÔR
Divisão de Fiscalização de Operação e Manutenção

ENG.ª CIVIL MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA PROENÇA
Divisão de Fiscalização de Operação e Manutenção

ENG.º CIVIL RICARDO VON MUHLEN
Diretor do Departamento de Fiscalização de Concessões Rodoviárias

Documento assinado eletronicamente por **Roberto Nunes Vanacor**, em 12/08/2026, às 17:05, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de assinatura eletrônica simples, com fundamento no inciso I e § 3º do art. 4º do Decreto Estadual nº 56.671, de 26 de setembro de 2022.

Documento assinado eletronicamente por **Maria Cristina de Oliveira Proença**, em 12/08/2026, às 17:07, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de assinatura eletrônica simples, com fundamento no inciso I e § 3º do art. 4º do Decreto Estadual nº 56.671, de 26 de setembro de 2022.

Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Von Muhlen**, em 12/08/2026, às 19:26, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de assinatura eletrônica simples, com fundamento no inciso I e § 3º do art. 4º do Decreto Estadual nº 56.671, de 26 de setembro de 2022.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rs.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3054671** e o código CRC **94A30494**.

Avenida Borges de Medeiros, 1502 - 2º andar Ala Sul - Bairro Praia de Belas
CEP 90119900, Porto Alegre / RS - https://www.reconstrucao.rs.gov.br/inicial

Referência: Processo nº 26/0400-9000300-5
Documento SEI nº 3054671

Relatório Tipo VT1 - Vistoria Semanal

Identificação: AFA-RSM-VT1-059-2026	**Data da Vistoria:** 10/08/2026 11/08/2026
	Data do Relatório: 12/08/2026
Identificação do Contrato: CONTRATO SELT Nº 20/2021 – EDITAL CRI nº 0001/2020.	
Objeto do Contrato: concessão da infraestrutura de transporte de trechos integrantes das rodovias RSC-287 (km 28,03 ao km 232,54)	
Concessionária: Rota de Santa Maria- RSM	
Assunto: Vistoria Semanal	

INTRODUÇÃO

O presente relatório refere-se às atividades de serviços técnicos especializados de engenharia consultiva executadas em apoio às ações de fiscalização de concessões rodoviárias do Estado do Rio Grande do Sul conduzidas pelo Departamento de Fiscalização das Concessões Rodoviárias (DFCR), vinculado à Secretaria da Reconstrução Gaúcha (SERG), conforme previsto no Contrato nº 20.907/2025, firmado entre o Estado e a empresa AFAPLAN – Planejamento e Gestão de Projetos Ltda.

O objeto da emissão do presente relatório foi a vistoria realizada na Concessionária Rota de Santa Maria – RSM, sendo as rodovias que compõem a concessão:

- Rodovia RSC – 287 (km 28,03 ao km 232,54)

A presente vistoria foi realizada em 10/08/2026 e 11/08/2026 cuja atividade é descrita como “vistoria técnica semanal” do referido contrato de apoio celebrado.

As vistorias semanais compreendem a análise das condições estruturais, operacionais e contratuais das rodovias, incluindo no escopo das análises:

- Inspeções visuais de pavimento, sinalização, dispositivos de drenagem e obras de arte especiais;
- Verificação da conformidade com as obrigações contratuais e ambientais;
- Registro fotográfico e georreferenciado dos defeitos encontrados em campo.

As informações contidas neste relatório de vistoria técnica são essenciais para subsidiar/apoiar o processo de fiscalização contínua realizada pela Secretaria da Reconstrução Gaúcha (SERG), promover a gestão eficiente dos contratos e garantir a qualidade dos serviços prestados à população.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

a) Os serviços vistoriados e indicados neste relatório são objeto das Obrigações do Programa de Exploração da Rodovia (PER), Anexo II do Contrato de Concessão SELT nº 20/2021, relativo ao Edital CRI n° 001/2020, Item 3.1 - Obrigações de Recuperação e Manutenção;

b) O Item 8.2.1. do Contrato de Concessão SELT nº 20/2021 registra que "Na hipótese de a Concessionária não atender aos Parâmetros de Desempenho constantes do Item 3.1 do PER - Obrigações de Recuperação e Manutenção, a AGERGS aplicará as penalidades previstas neste Contrato, e nos seus anexos";

c) O Item 13.4 do Contrato de Concessão SELT nº 20/2021 assinala que "O Poder Concedente e a AGERGS, ou terceiro por estes autorizados, terão acesso irrestrito ao Sistema Rodoviário e aos Bens da Concessão, a qualquer tempo, para realizar pesquisa de campo, estudos de interesse público, entre outros";

d) O Item 13.6 do Contrato de Concessão SELT nº 20/2021 registra que "Na fiscalização realizada pelo Poder Concedente e/ou pela AGERGS, será anotado em termo próprio para o registro de ocorrências, as ocorrências apuradas nas fiscalizações, encaminhando-o formalmente à Concessionária para regularização das faltas ou defeitos verificados".

DESCRITIVO E DOCUMENTAÇÃO DA VISTORIA

A vistoria técnica foi realizada no dia 10/08/2026 e 11/08/2026, abrangendo o trecho concedido a Rota de Santa Maria Rodovia RSC– 287 (km 28,03 ao km 232,54) totalizando 204,51 km.

A atividade integra as ações de fiscalização previstas no Contrato de Concessão SELT nº 20/2021, cujo objeto é a exploração e manutenção da infraestrutura de transporte rodoviário, sob responsabilidade da concessionária Rota de Santa Maria (RSM).

A vistoria foi realizada mediante deslocamento in loco pelas rodovias concessionadas com veículo automotor e realizando paradas, tantas quantas forem necessárias, para avaliar e registrar os defeitos encontrados para as diversas disciplinas contempladas à luz do Contrato de Concessão e PER. Tais registros estão apresentados no anexo do presente relatório de vistoria.

Apresentamos abaixo as informações gerais coletadas durante a vistoria:

A) Identificação da Concessionária: **Rota de Santa Maria – RSM.**

B) A Vistoria foi realizada por: **Engº Civil Lucas Silva**
Tec. Milton Arlei de Souza

C) Data, Horário de Início e Fim da Vistoria: **10/08/2026 entre 08:00 h e 17:00 h.**
11/08/2026 entre 07:30 h e 13:00 h.

D) Condições Climáticas durante a Vistoria: **10/08/2026 Seco, frio e nublado/ensolarado.**
11/08/2026 Seco, frio e ensolarado.

E) Informações Operacionais das Rodovias:

RSC 287

km 055+280 Equipe de Pare e Siga
km 056+540 Equipe de Pare e Siga
km 058+120 Equipe de Pare e Siga
km 060+870 Equipe de Pare e Siga
km 086+200 01 Viatura de inspeção

km 107+360 Equipe de Pare e Siga
km 132+020 01 Viatura de inspeção
km 180+610 Equipe de Poda e Roçada
km 182+900 Equipe de Poda e Roçada
km 190+680 Equipe de Pare e Siga
km 190+750 Equipe de Pavimentação e Fresa
km 220+500 01 Viatura de inspeção

CONSIDERAÇÕES FINAIS

a. A presente análise se limitou a verificar os aspectos técnico-normativos, previstos no contrato de concessão e no PER;

b. No subitem 3.1.1 (Pavimento) do PER é registrado que, em caso de verificação de não conformidade, o prazo para atendimento destas é de 72 horas após a notificação da concessionária, com exceção de panelas, que é de 24 horas;

c. No subitem 3.1.2 (Sinalização e Elementos de Proteção e Segurança) do PER é registrado que, em caso de verificação de não conformidade, o prazo para atendimento destas é de 72 horas após a notificação da concessionária;

d. No subitem 3.1.3 (Obras-de-arte Especiais) do PER é registrado que, em caso de verificação de não conformidade, o prazo para atendimento destas é de 72 horas após a notificação da concessionária;

e. No subitem 3.1.4 (Sistema de Drenagem e Obras-de-arte Correntes) do PER é registrado que, em caso de verificação de não conformidade, o prazo para atendimento destas é de 72 horas após a notificação da concessionária;

f. No subitem 3.1.5 (Terrapleno e Estruturas de Contenção) do PER é registrado que, em caso de verificação de não conformidade, o prazo para atendimento destas é de 72 horas após a notificação da concessionária, com exceção de taludes que estiverem comprometendo a plataforma da Rodovia, que é de 24 horas;

g. No subitem 3.1.6 (Canteiro Central e Faixa de Domínio) do PER é registrado que, em caso de verificação de não conformidade, o prazo para atendimento destas é de 72 horas após a notificação da concessionária;

h. No subitem 3.1.7 (Implantação e Recuperação das Edificações e Instalações Operacionais) do PER é registrado que, em caso de verificação de não conformidade, o prazo para atendimento destas é de 72 horas após a notificação da concessionária;

i. No subitem 3.1.8 (Sistemas Elétricos e de Iluminação) do PER é registrado que, em caso de verificação de não conformidade, o prazo para atendimento destas é de 72 horas após a notificação da concessionária;

j. O prazo de atendimento, em caso de não conformidade, terá início a partir da data e hora registrada no aviso de recebimento, por via postal ou meio eletrônico;

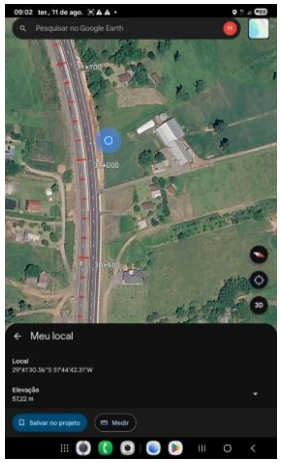
k. Os registros fotográficos das constatações verificadas em campo seguem em anexo a este relatório. Por fim, como elemento acessório, disponibiliza-se um arquivo em formato kmz, onde constam diversas imagens, visando auxiliar a concessionária.

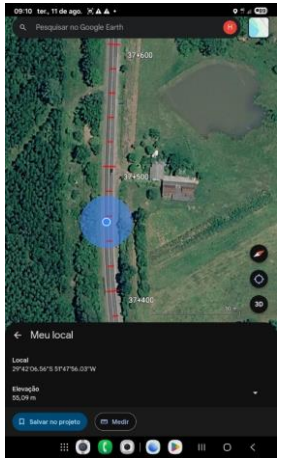
Dessa forma apresentamos o presente relatório para fins de identificação dos elementos identificados.

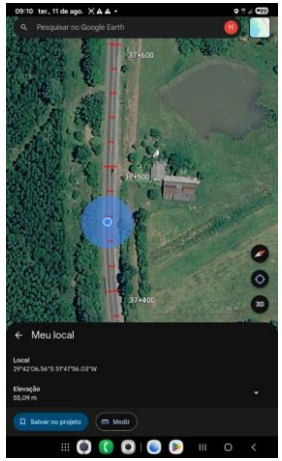
gov.br
Documento assinado digitalmente
HELIO RICARDO REMIAO GONCALVES
Data: 12/08/2026 15:55:38-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

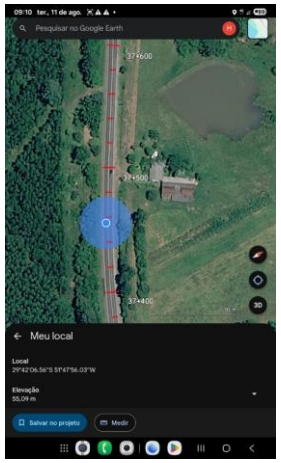
Engº Civil Helio Ricardo Remião Gonçalves
Coordenador
CREA 112.378-D RS RN 2201186022
AFAPLAN – Planejamento e Gestão de Projetos Ltda.

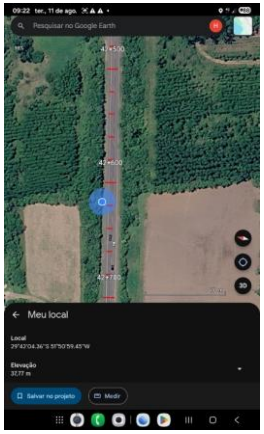
ANEXO I - REGISTRO FOTOGRÁFICO COLETADO EM CAMPO

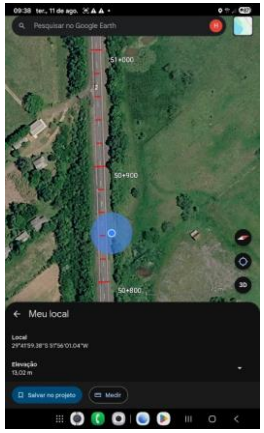
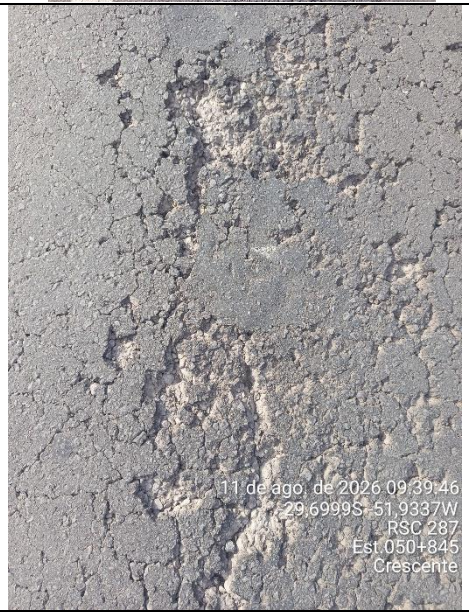
ID	Localização	Registro Fotográfico	Constatações (PER)	Km (aproximado)	Sentido da rodovia	Prazo de correção (PER)
1.		 	Dispositivo de drenagem obstruído Item 3.1.4 do PER	031+020 (trecho de obra em fase de recebimento provisório) (Canteiro Central)	Crescente	72 horas

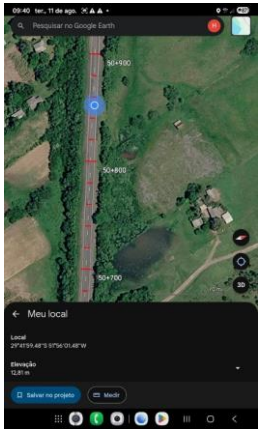
2.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	037+455 (defeito em local já reparado)	Crescente	24 horas

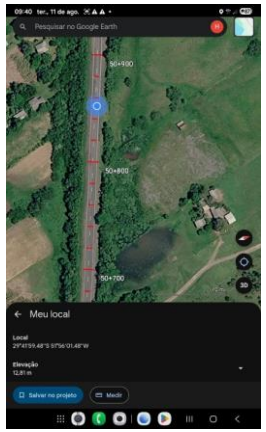
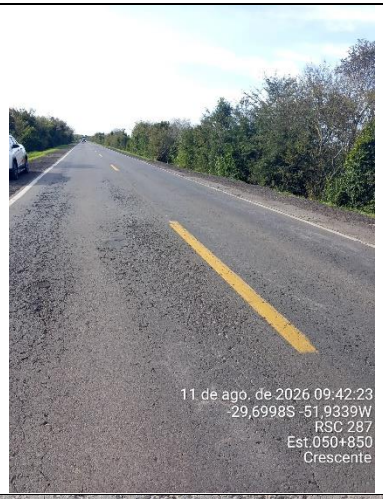
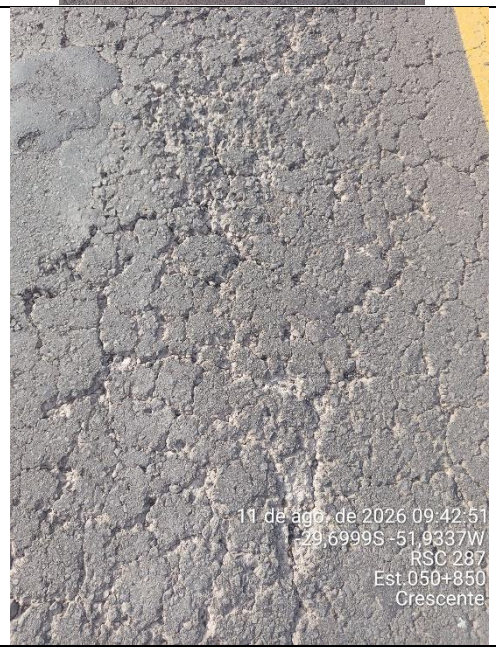
3.		 	Dispositivo de drenagem obstruído Item 3.1.4 do PER	037+455	Crescente	72 horas

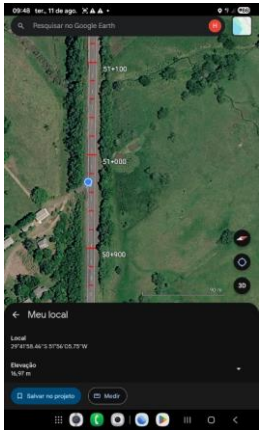
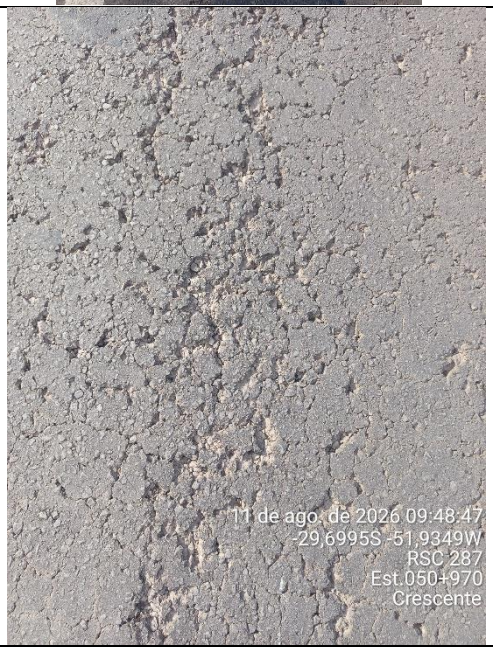
4.		 	Dispositivo de drenagem obstruído Item 3.1.4 do PER	037+465	Crescente	72 horas

5.		 	Vegetação rasteira com altura superior a 30 cm (Medição: 1540 mm) Item 3.1.6 do PER	042+620	Decrescente	72 horas

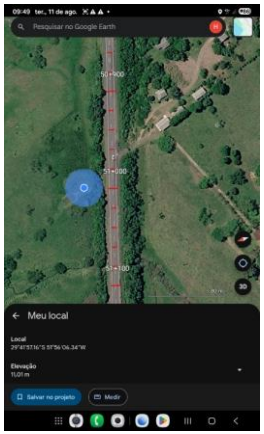
6.		 	Trincas Interligadas de Classe 3 Item 3.1.1 do PER	050+845 (defeito em local já reparado)	Crescente	72 horas

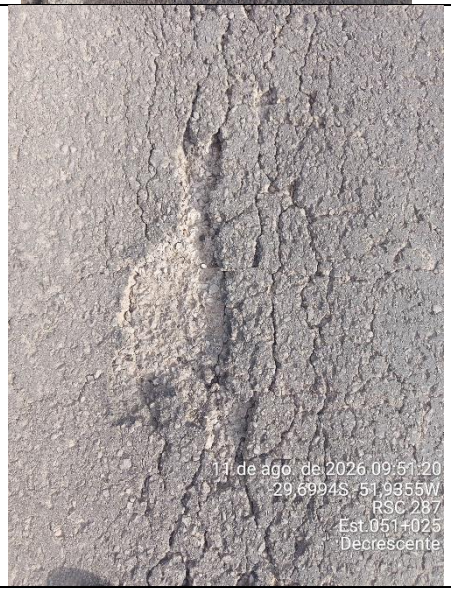
7.		 	Trincas Interligadas de Classe 3 Item 3.1.1 do PER	050+850 (defeito em local já reparado)	Crescente	72 horas

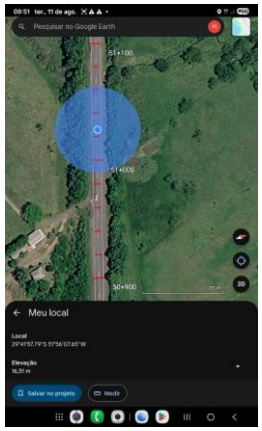
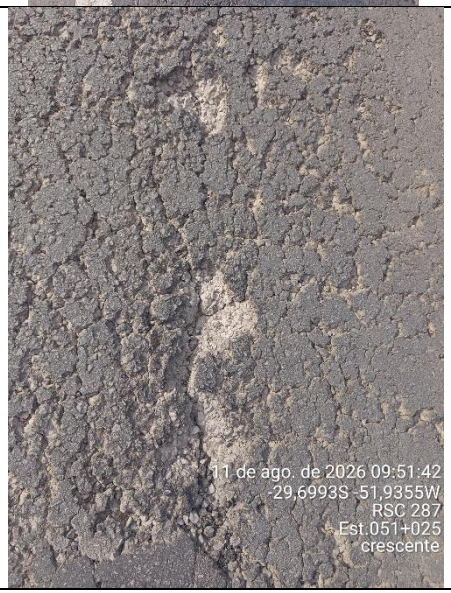
8.		 	Trincas Interligadas de Classe 3 Item 3.1.1 do PER	050+860 (defeito em local já reparado)	Crescente	72 horas

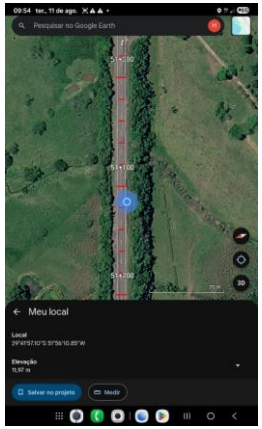
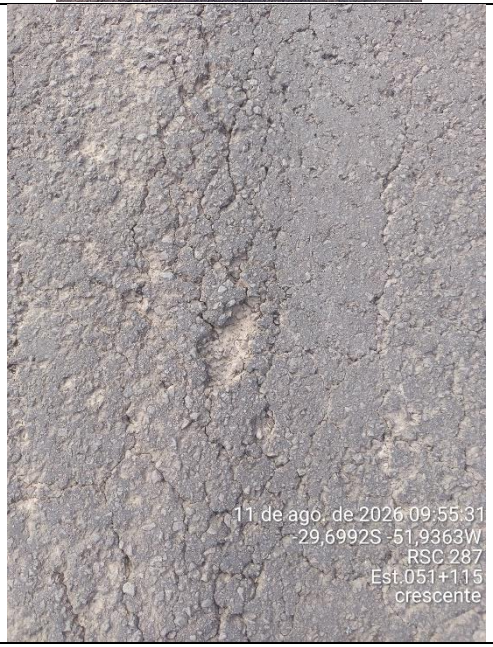
9.		 	Trincas Interligadas de Classe 3 Item 3.1.1 do PER	050+970	Crescente	72 horas

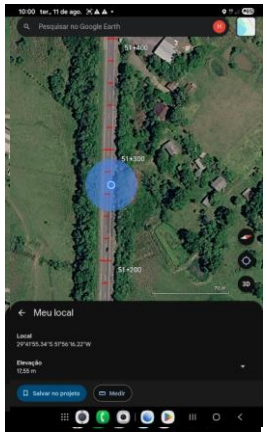
10.		 	Trincas Interligadas de Classe 3 Item 3.1.1 do PER	050+980 (defeito em local já reparado)	Crescente	72 horas

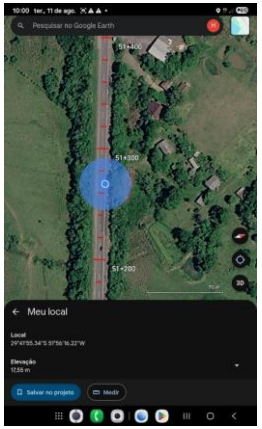
11.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	051+000	Decrescente	24 horas

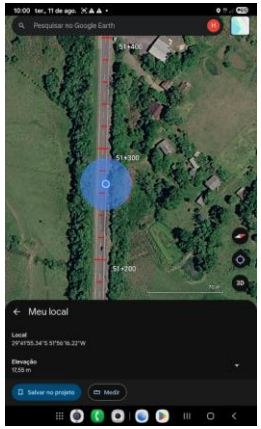
12.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	051+025	Decrescente	24 horas

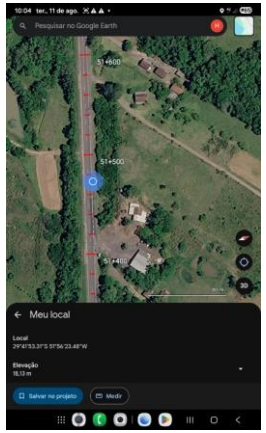
13.		 	Trincas Interligadas de Classe 3 Item 3.1.1 do PER	051+030	Crescente	72 horas

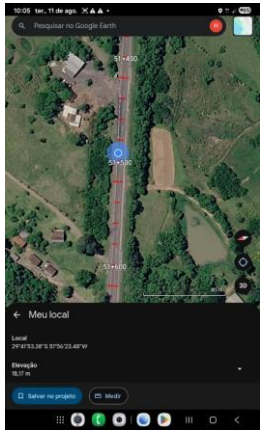
14.		 	Trincas Interligadas de Classe 3 Item 3.1.1 do PER	051+115 (defeito em local já reparado)	Crescente	72 horas

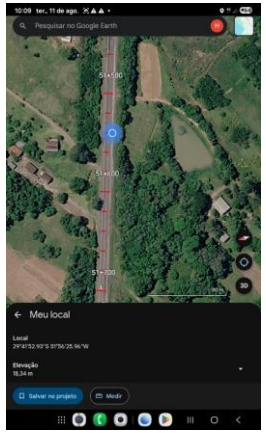
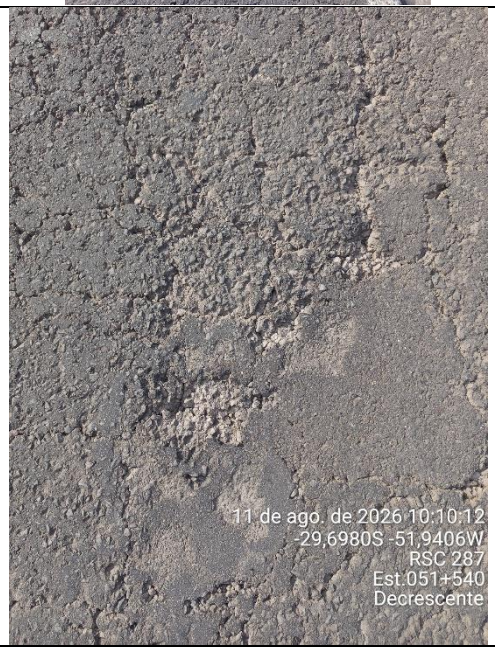
15.		 	Trincas Interligadas de Classe 3 Item 3.1.1 do PER	051+270	Crescente	72 horas

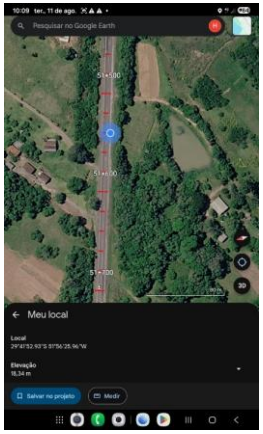
16.		 	Trincas Interligadas de Classe 3 Item 3.1.1 do PER	051+280	Crescente	72 horas

17.		 	Abaulamento/ Depressão (Medição: 83 mm) Item 3.1.1 do PER	051+285	Crescente	72 horas

18.		 	Trincas Interligadas de Classe 3 Item 3.1.1 do PER	051+470 (defeito em local já reparado)	Crescente	72 horas

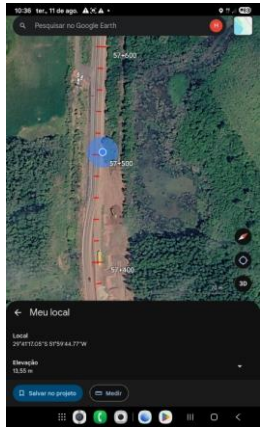
19.		 	Panelas Item 3.1.1 do PER	051+525 (defeito em local já reparado)	Crescente	24 horas

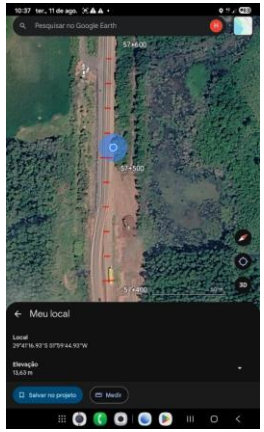
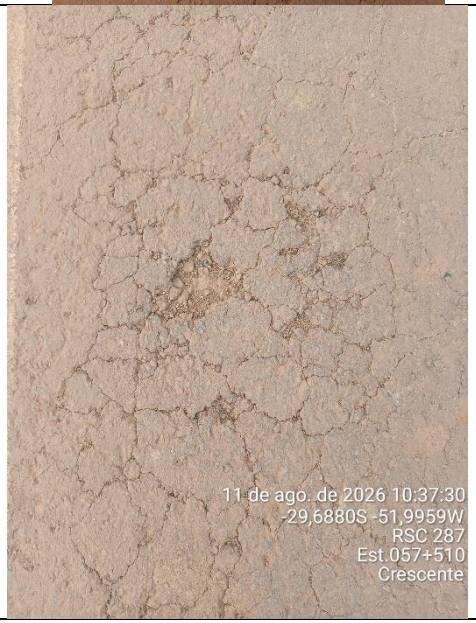
20.		 	Trincas Interligadas de Classe 3 Item 3.1.1 do PER	051+540 (defeito em local já reparado)	Decrescente	72 horas

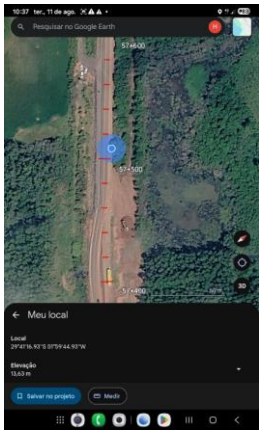
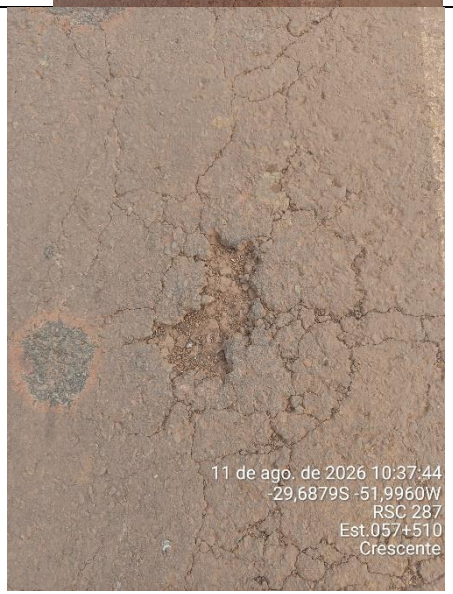
21.		 	Desnível entre Pavimento e Acostamento (Medição: 108 mm) Item 3.1.1 do PER	051+540 (Acostamento)	Decrescente	72 horas

22.		 	Trincas Interligadas de Classe 3 Item 3.1.1 do PER	051+660	Decrescente	72 horas

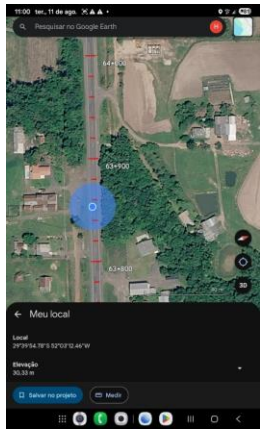
23.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	051+670 (defeito em local já reparado)	Decrescente	24 horas

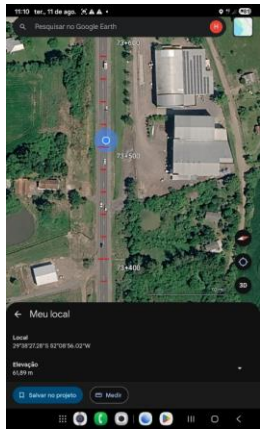
24.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	057+505	Crescente	24 horas

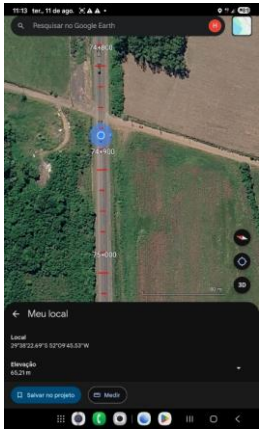
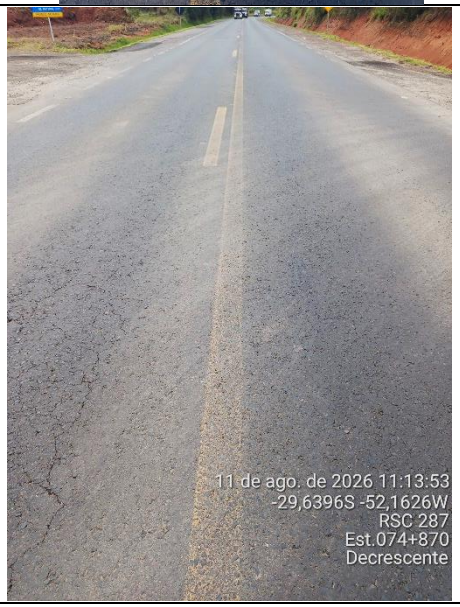
25.		 	Trincas Interligadas de Classe 3 Item 3.1.1 do PER	057+510	Crescente	72 horas

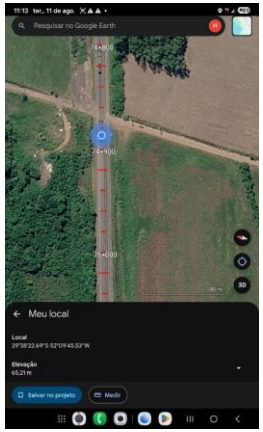
26.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	057+520	Crescente	24 horas

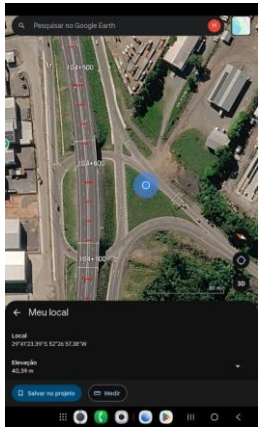
27.		 	Abaulamento/ Depressão (Medição: 101 mm) Item 3.1.1 do PER	061+755	Decrescente	72 horas

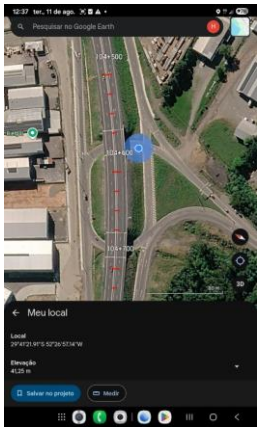
28.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	063+855 (defeito em local já reparado)	Crescente	24 horas

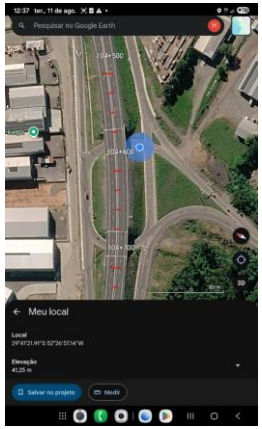
29.		 	Panelas Item 3.1.1 do PER	073+505 (defeito em local já reparado)	Crescente	24 horas

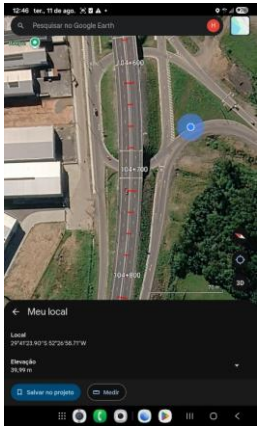
30.		 	Exsudação com Área Superior a 1 m² Item 3.1.1 do PER	074+870	Decrescente	72 horas

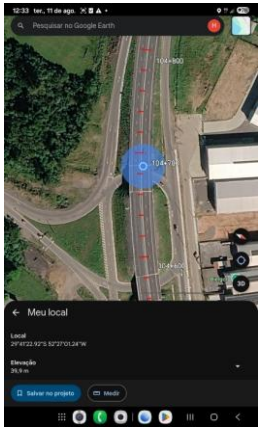
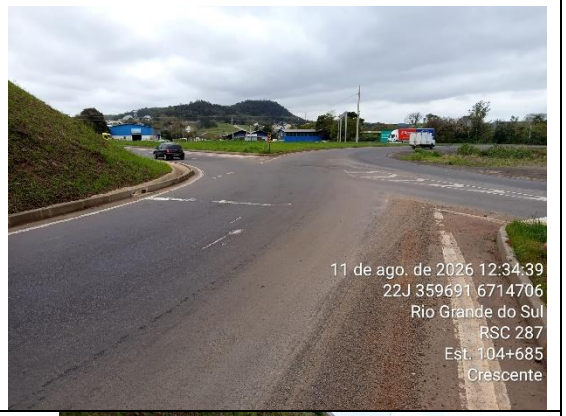
31.		 	Ausência de Sinalização Horizontal Item 3.1.2 do PER	074+870 a 074+970	Decrescente	72 horas

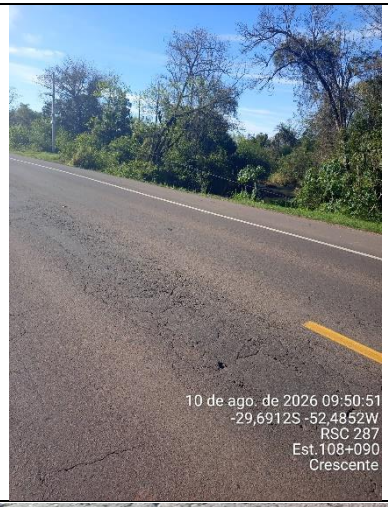
32.		 	Vegetação rasteira com altura superior a 30 cm (Medição: 880 mm) Item 3.1.6 do PER	104+600 (Interseção)	Decrescente	72 horas

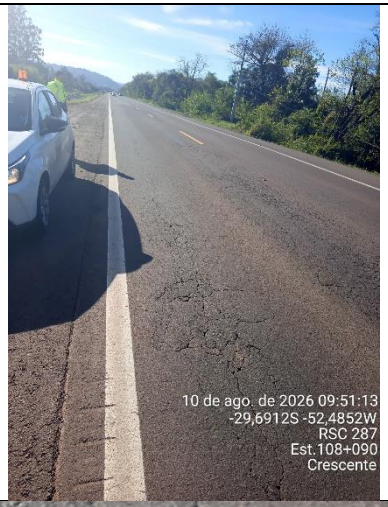
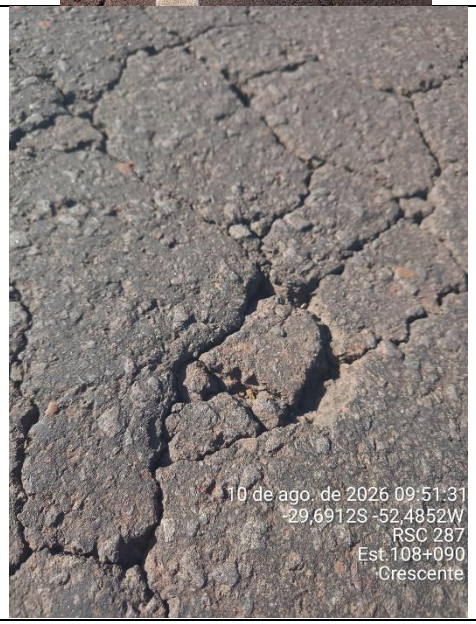
33.		 	Ausência de Sinalização Horizontal Item 3.1.2 do PER	104+575 (Interseção)	Decrescente	72 horas

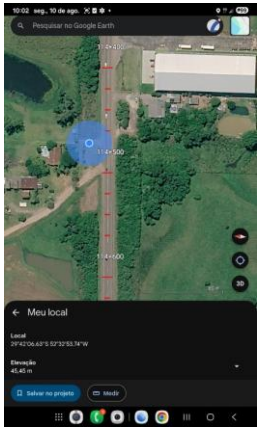
34.		 	Sinalização Horizontal ilegível Item 3.1.2 do PER	104+575 (Interseção)	Decrescente	72 horas

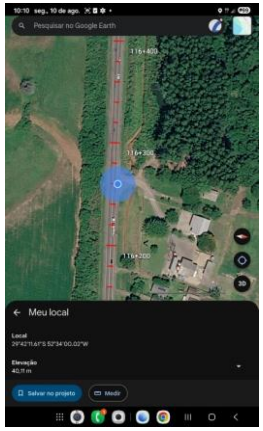
35.		 	Ausência de Sinalização Horizontal Item 3.1.2 do PER	104+640 (Interseção)	Decrescente	72 horas

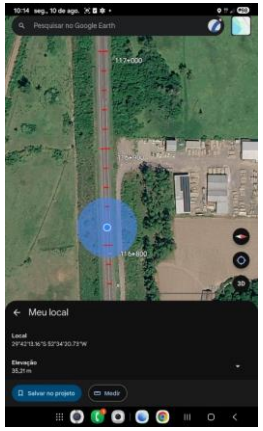
36.		 	Ausência de Sinalização Horizontal Item 3.1.2 do PER	104+685 (Interseção)	Crescente	72 horas

37.		 	Trincas Interligadas de Classe 3 Item 3.1.1 do PER	108+090	Crescente	72 horas

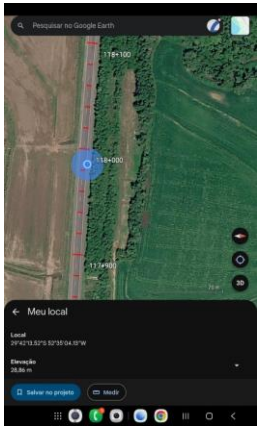
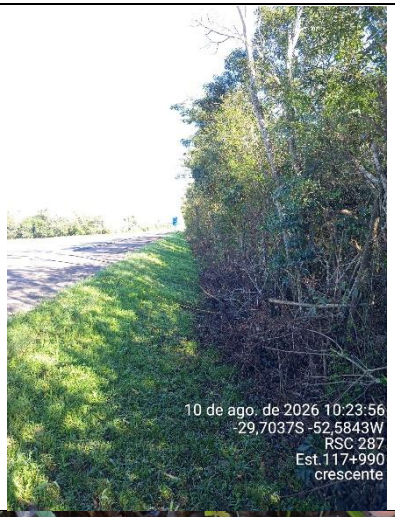
38.		 	Trincas Interligadas de Classe 3 Item 3.1.1 do PER	108+100	Crescente	72 horas

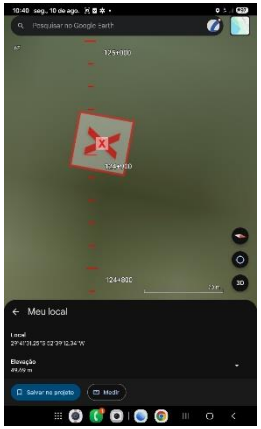
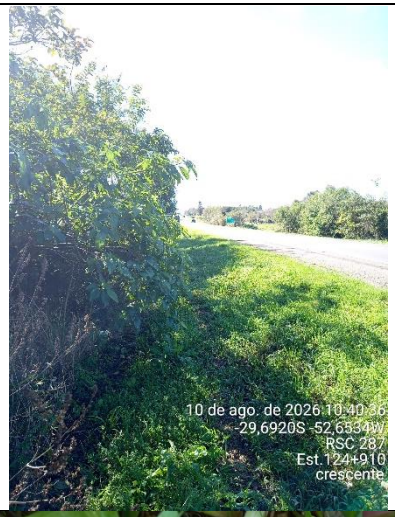
39.		 	Ausência de Sinalização Horizontal Item 3.1.2 do PER	114+470 a 104+570	Decrescente	72 horas

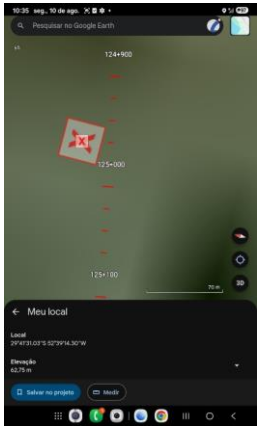
40.		 	Abaulamento/ Depressão (Medição: 107 mm) Item 3.1.1 do PER	116+260 (defeito em local já reparado)	Crescente	72 horas

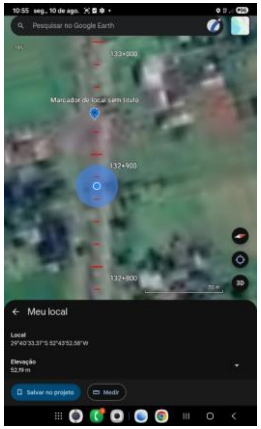
41.		 	Sinalização vertical danificada Item 3.1.2 do PER	116+820	Crescente	72 horas

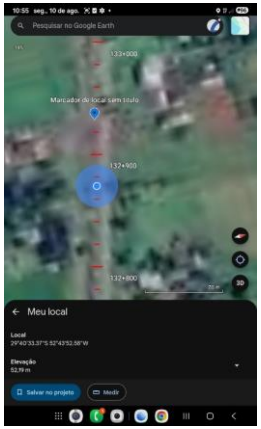
42.		 	Abaulamento/ Depressão (Medição: 102 mm) Item 3.1.1 do PER	117+850 (defeito em local já reparado)	Decrescente	72 horas

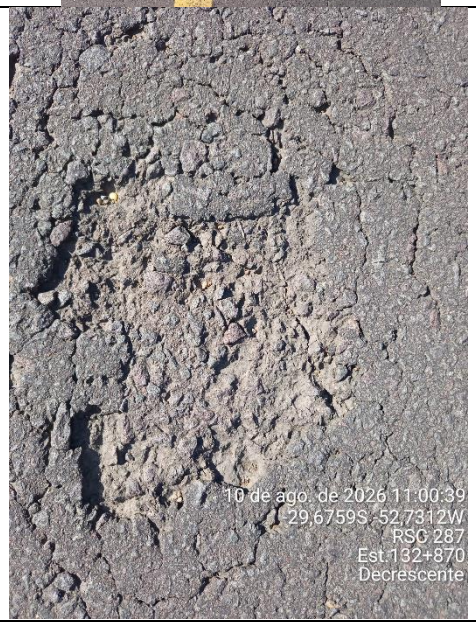
43.		 	Vegetação distante a menor que o mínimo admissível (4,0m) Item 3.1.6 do PER	117+990	Crescente	72 horas

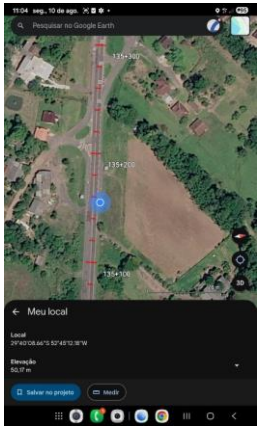
44.		 	Vegetação distante a menor que o mínimo admissível (4,0m) Item 3.1.6 do PER	124+910	Crescente	72 horas

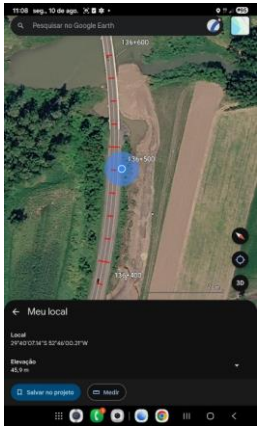
45.		 	Abaulamento/ Depressão (Medição: 120 mm) Item 3.1.1 do PER	125+040 (defeito em local já reparado)	Decrescente	72 horas

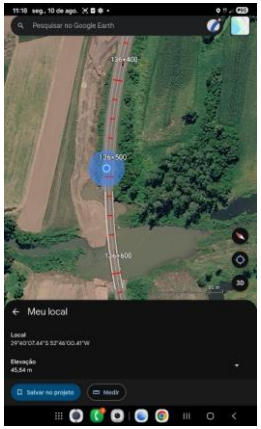
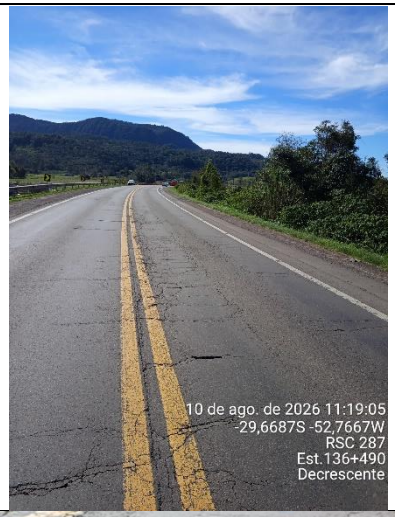
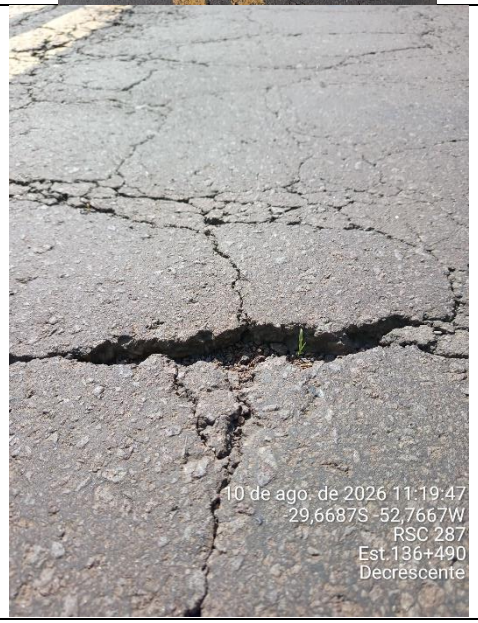
46.		 	Desnível entre Pavimento e Acostamento (Medição: 91 mm) Item 3.1.1 do PER	132+870 (Acostamento)	Crescente	72 horas

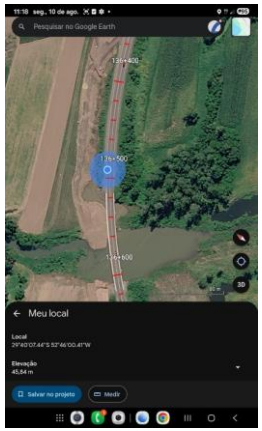
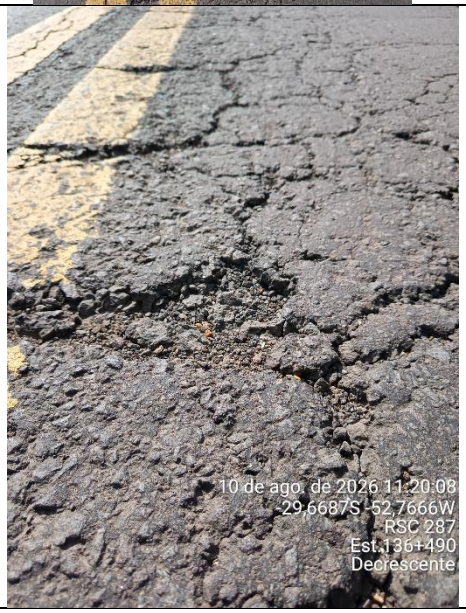
47.		 	Desnível entre Pavimento e Acostamento (Medição: 130 mm) Item 3.1.1 do PER	132+870 (Acostamento)	Decrescente	72 horas

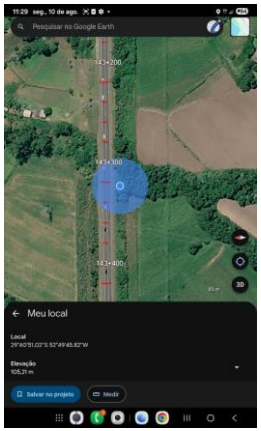
48.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	132+870	Decrescente	24 horas

49.		 	Panelas Item 3.1.1 do PER	135+155 (defeito em local já reparado)	Decrescente	24 horas

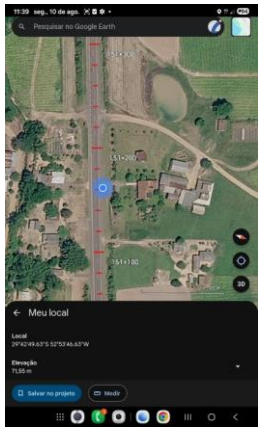
50.		 	Sinalização vertical danificada Item 3.1.1 do PER	136+480	Crescente	72 horas

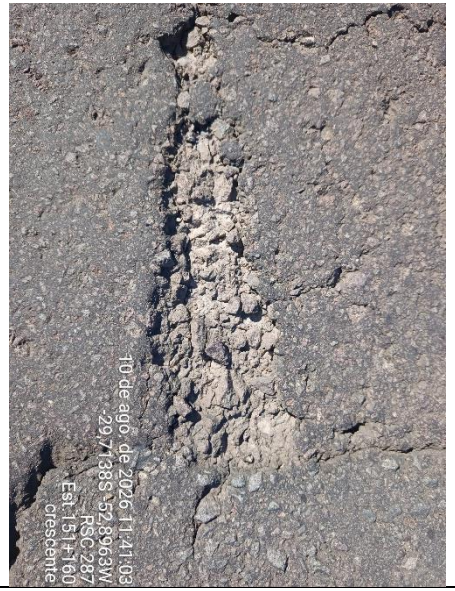
51.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	136+490	Decrescente	24 horas

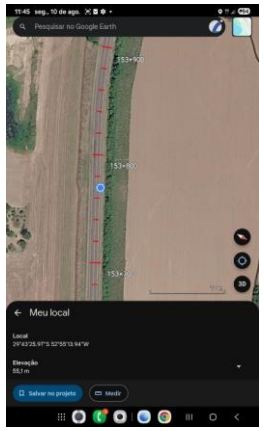
52.		 	Trincas Interligadas de Classe 3 Item 3.1.1 do PER	136+500	Decrescente	72 horas

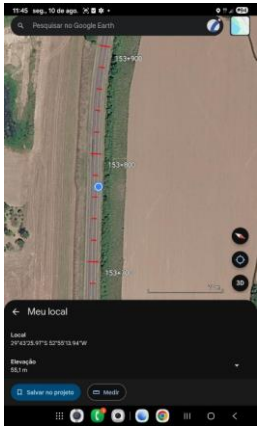
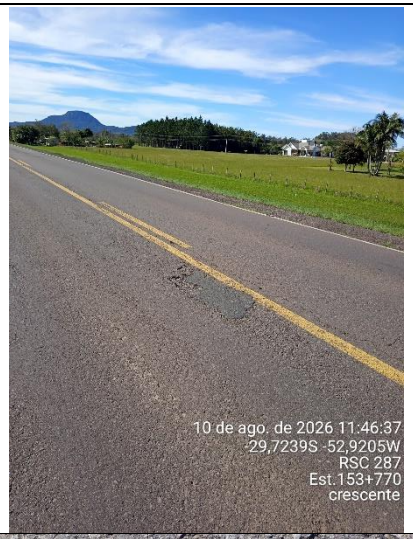
53.		 	Desnível entre Pavimento e Acostamento (Medição: 101 mm) Item 3.1.1 do PER	143+305 (Acostamento)	Decrescente	72 horas

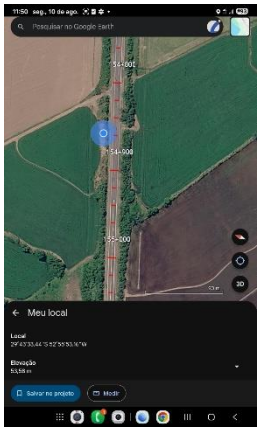
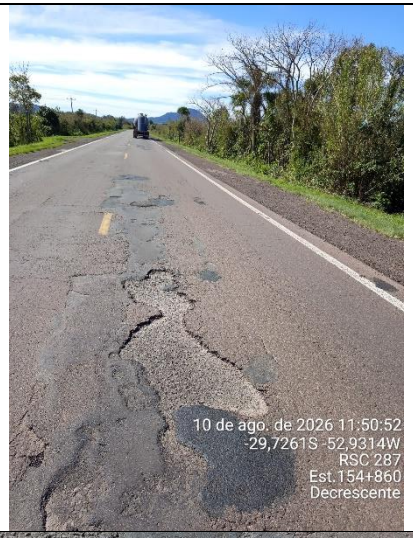
54.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	151+160 (defeito em local já reparado)	Crescente	24 horas

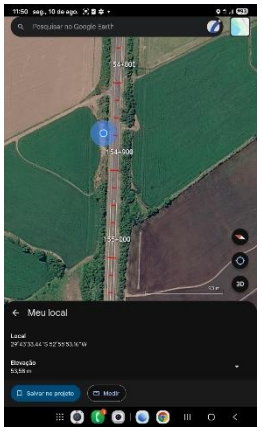
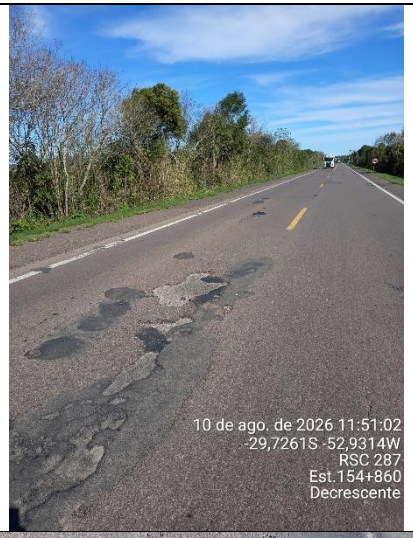
55.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	151+170 (defeito em local já reparado)	Crescente	24 horas

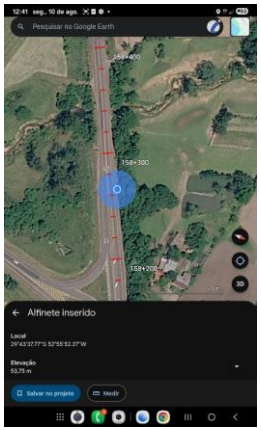
56.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	151+175 (defeito em local já reparado)	Crescente	24 horas

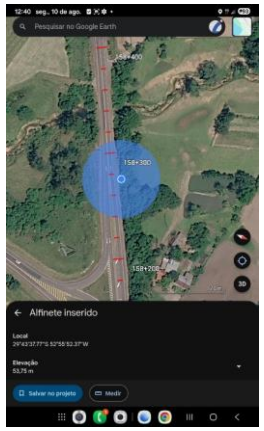
57.		 	Sinalização vertical danificada Item 3.1.2 do PER	153+770	Crescente	72 horas

58.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	153+770 (defeito em local já reparado)	Crescente	24 horas

59.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	154+860 (defeito em local já reparado)	Decrescente	24 horas

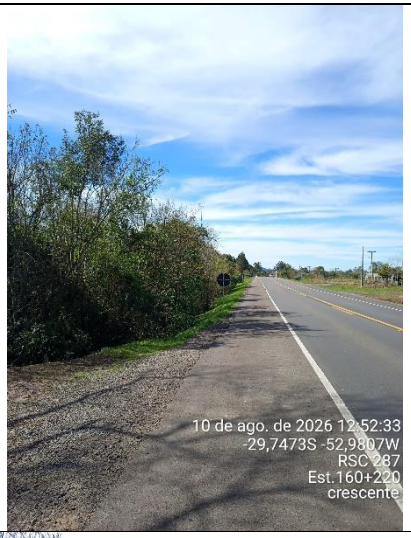
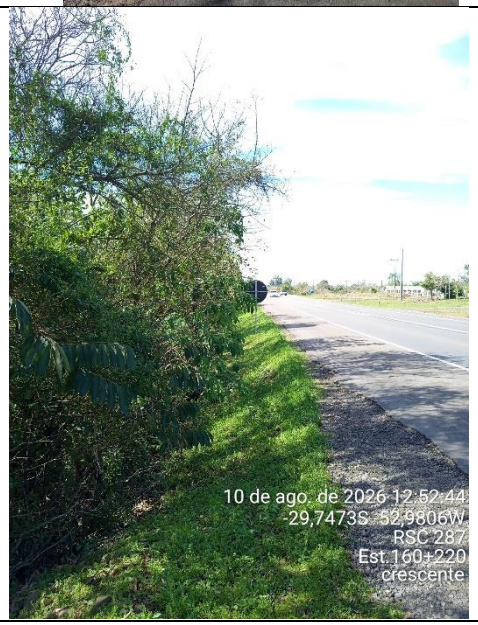
60.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	154+870 (defeito em local já reparado)	Decrescente	24 horas

61.		 	Desnível entre Pavimento e Acostamento (Medição: 97 mm) Item 3.1.1 do PER	158+265 (Acostamento)	Crescente	72 horas

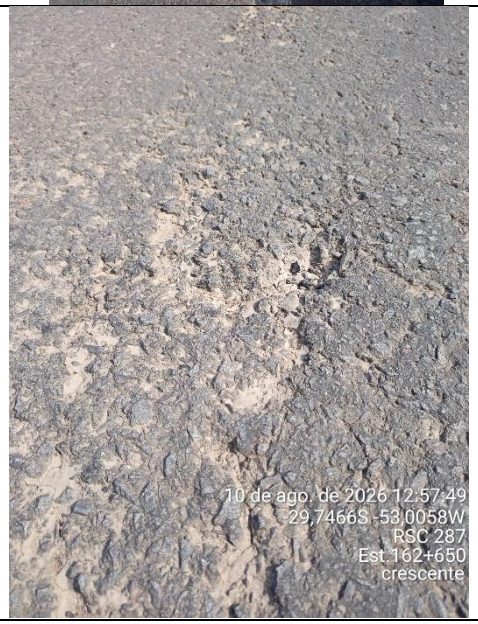
62.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	158+275 (defeito em local já reparado)	Crescente	24 horas

63.		 	Abaulamento/ Depressão (Medição: 83 mm) Item 3.1.1 do PER	160+150 (defeito em local já reparado)	Decrescente	72 horas

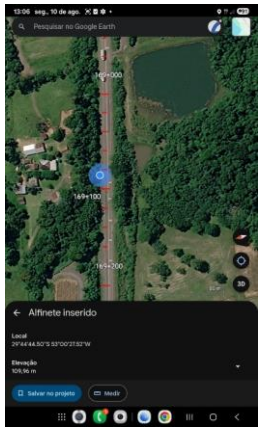
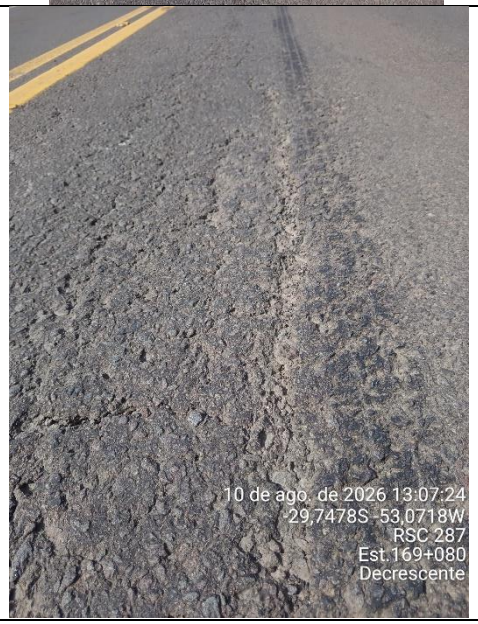
64.		 	Abaulamento/ Depressão (Medição: 99 mm) Item 3.1.1 do PER	160+220	Crescente	72 horas

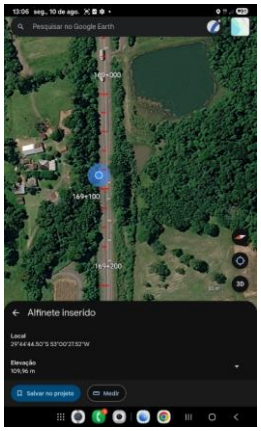
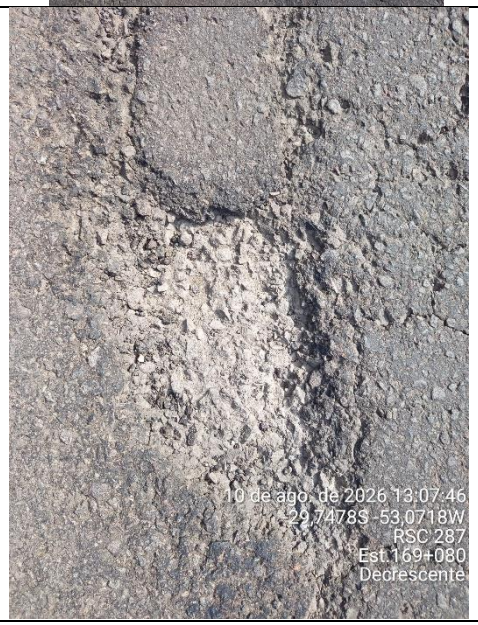
65.		 	Vegetação distante a menor que o mínimo admissível (4,0m) Item 3.1.6 do PER	160+220	Crescente	72 horas

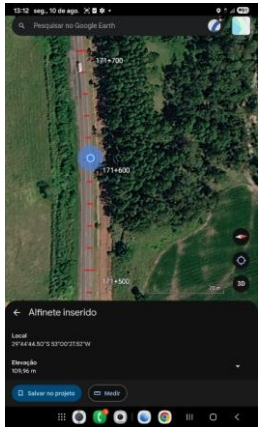
66.		 	Panelas Item 3.1.1 do PER	162+650 (defeito em local já reparado)	Crescente	24 horas

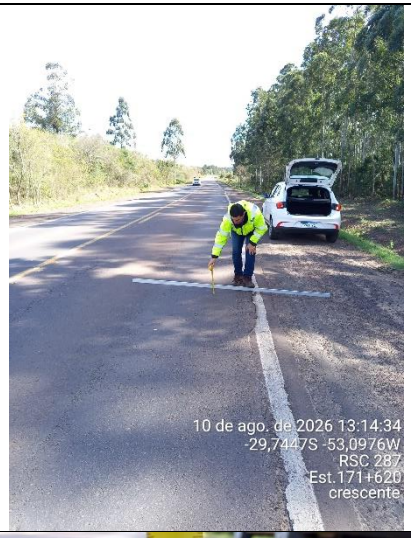
67.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	162+655	Crescente	24 horas

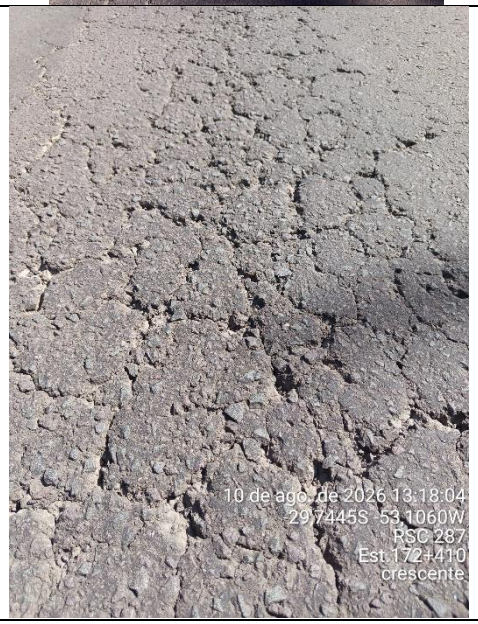
68.		 	Trincas Interligadas de Classe 3 Item 3.1.1 do PER	162+660	Crescente	72 horas

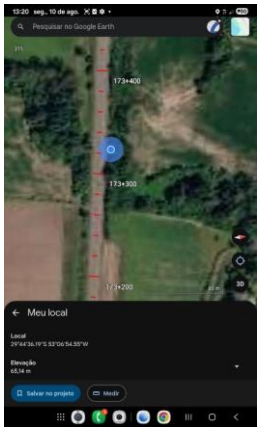
69.		 	Trincas Interligadas de Classe 3 Item 3.1.1 do PER	169+080	Decrescente	72 horas

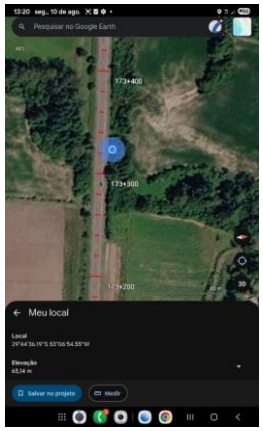
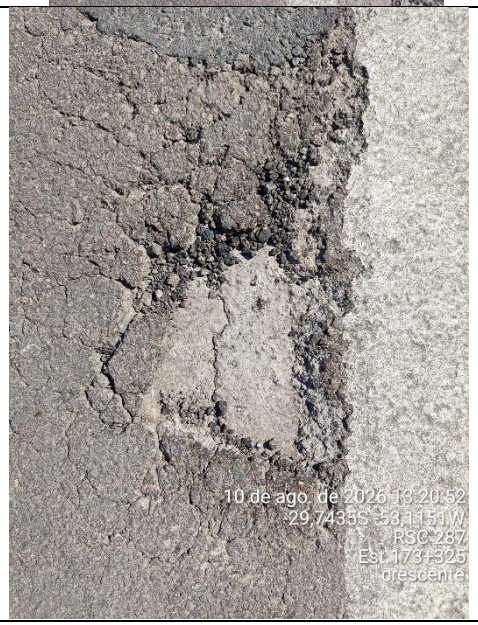
70.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	169+090 (defeito em local já reparado)	Decrescente	24 horas

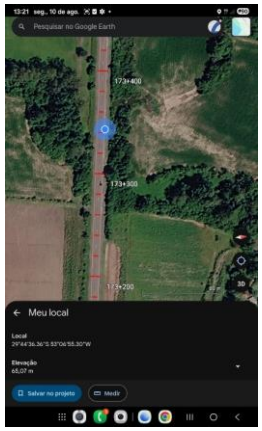
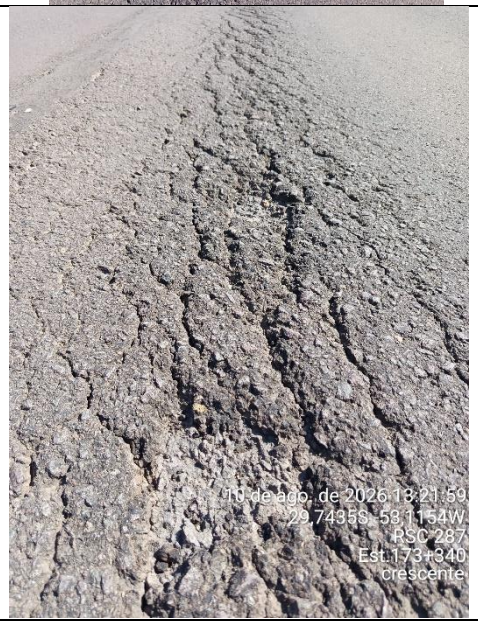
71.		 	Abaulamento/ Depressão (Medição: 92 mm) Item 3.1.1 do PER	171+600 (defeito em local já reparado)	Crescente	72 horas

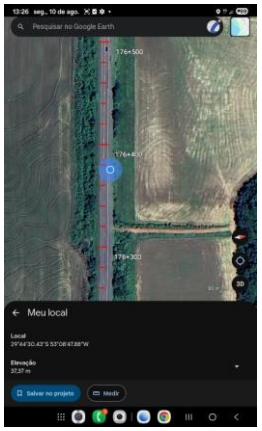
72.		 	Abaulamento/ Depressão (Medição: 93 mm) Item 3.1.1 do PER	171+620 (defeito em local já reparado)	Crescente	72 horas

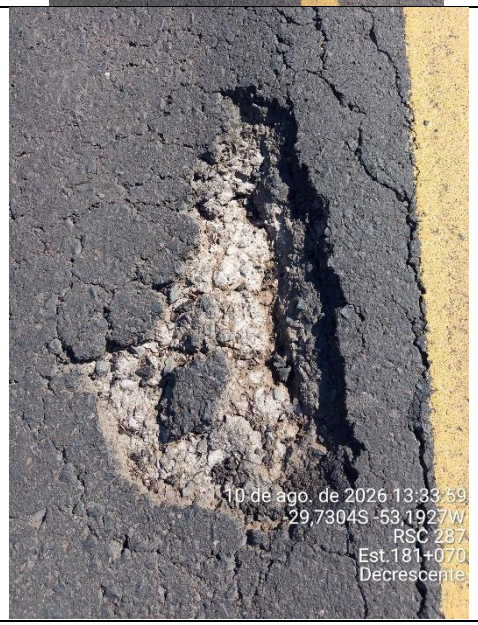
73.		 	Trincas Interligadas de Classe 3 Item 3.1.1 do PER	172+410	Crescente	72 horas

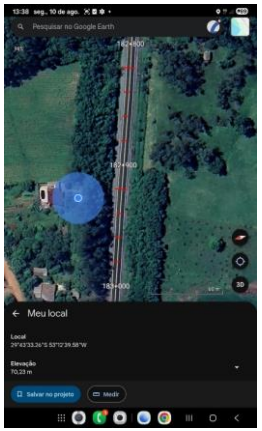
74.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	173+325	Crescente	24 horas

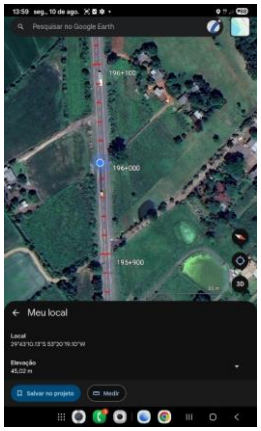
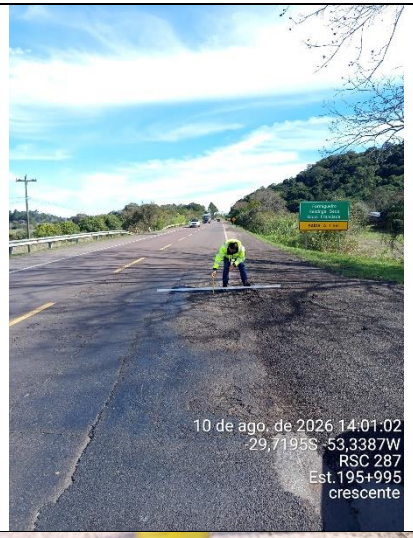
75.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	173+335 (defeito em local já reparado)	Crescente	24 horas

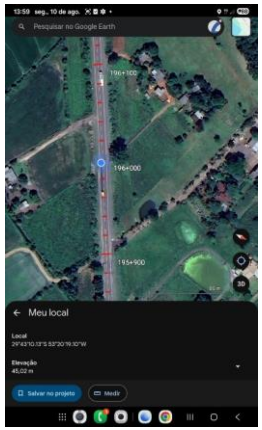
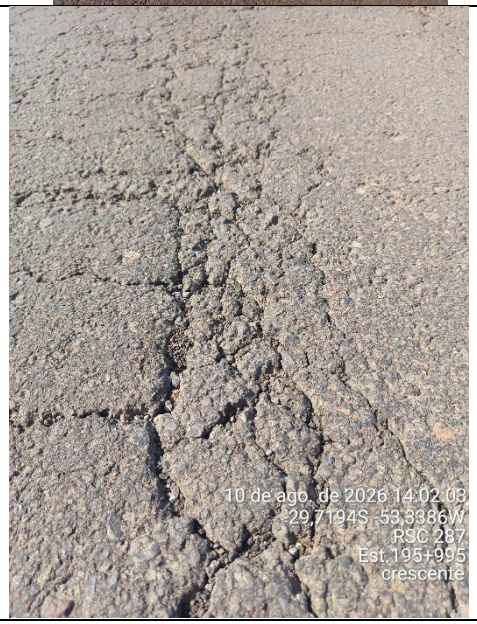
76.		 	Trincas Interligadas de Classe 3 Item 3.1.1 do PER	173+340	Crescente	72 horas

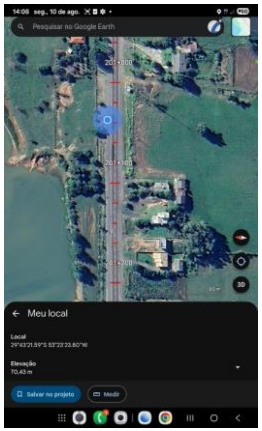
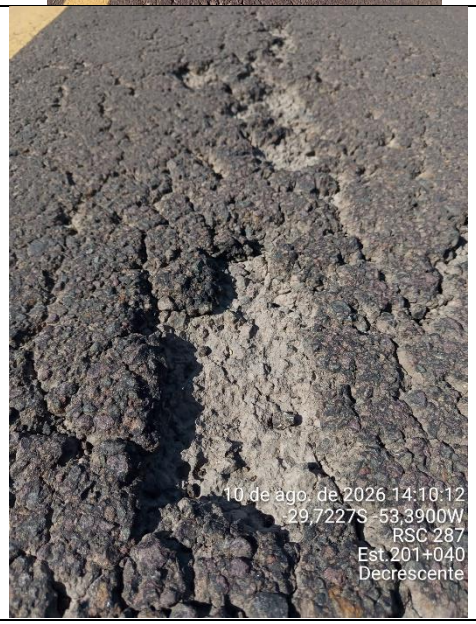
77.		 	Sinalização vertical danificada Item 3.1.2 do PER	176+375	Crescente	72 horas

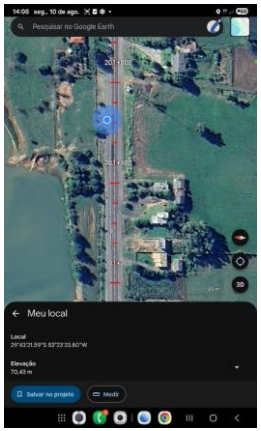
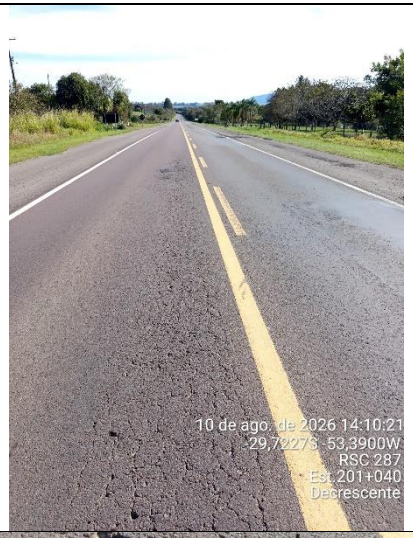
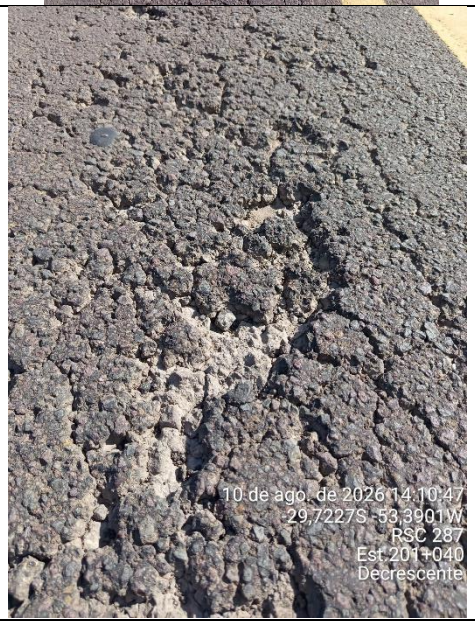
78.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	181+070	Decrescente	24 horas

79.		 	Abaulamento/ Depressão (Medição: 129 mm) Item 3.1.1 do PER	182+910	Decrescente	72 horas

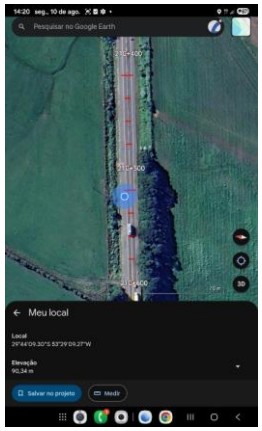
80.		 	Abaulamento/ Depressão (Medição: 100 mm) Item 3.1.1 do PER	195+995 (defeito em local já reparado)	Crescente	72 horas

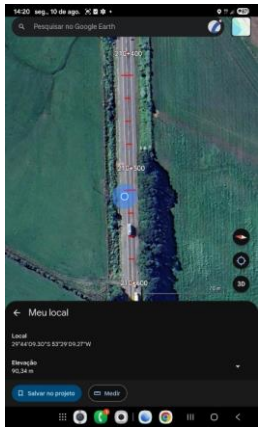
81.		 	Trincas Interligadas de Classe 3 Item 3.1.1 do PER	196+000	Crescente	72 horas

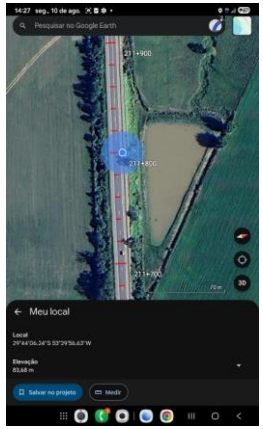
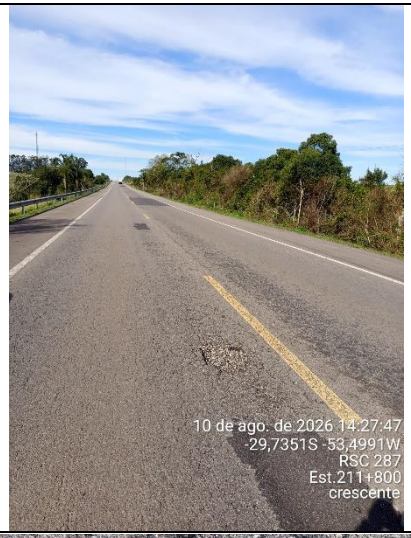
82.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	201+040	Decrescente	24 horas

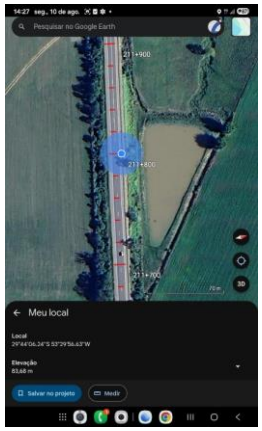
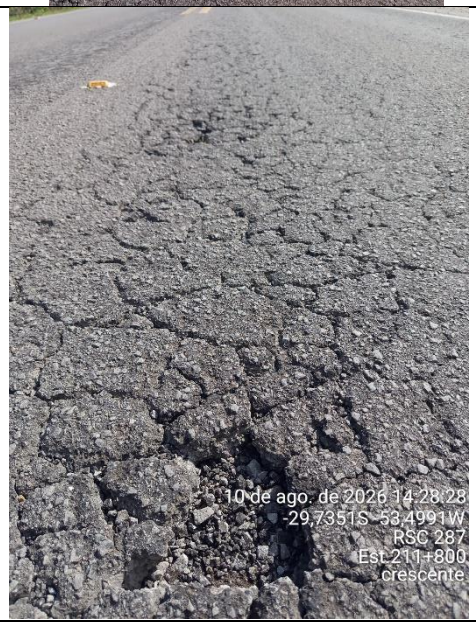
83.		 	Trincas Interligadas de Classe 3 Item 3.1.1 do PER	201+050	Decrescente	72 horas

84.		 	Abaulamento/ Depressão (Medição: 100 mm) Item 3.1.1 do PER	210+505 (defeito em local já reparado)	Decrescente	72 horas

85.		 	Trincas Interligadas de Classe 3 Item 3.1.1 do PER	210+510	Decrescente	72 horas

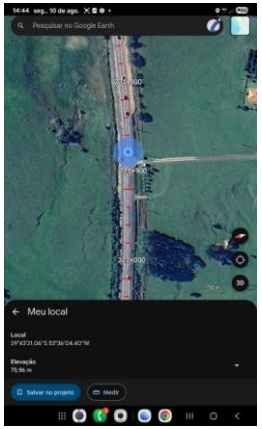
86.		 	Exsudação com Área Superior a 1 m² Item 3.1.1 do PER	210+515	Decrescente	72 horas

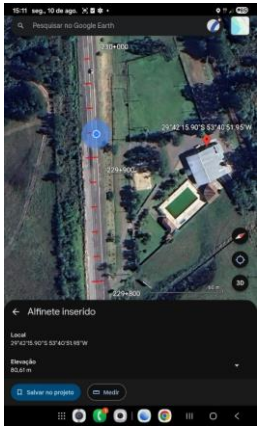
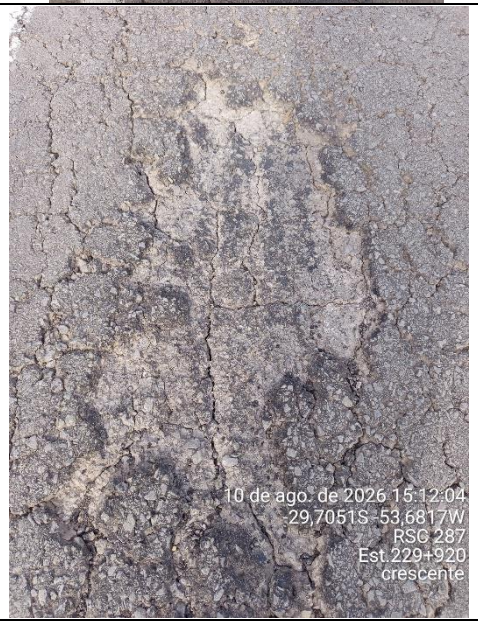
87.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	211+800	Crescente	24 horas

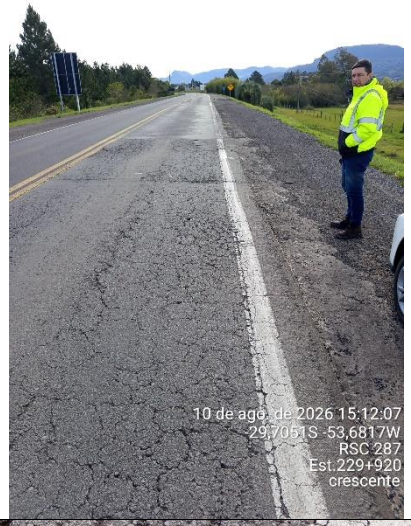
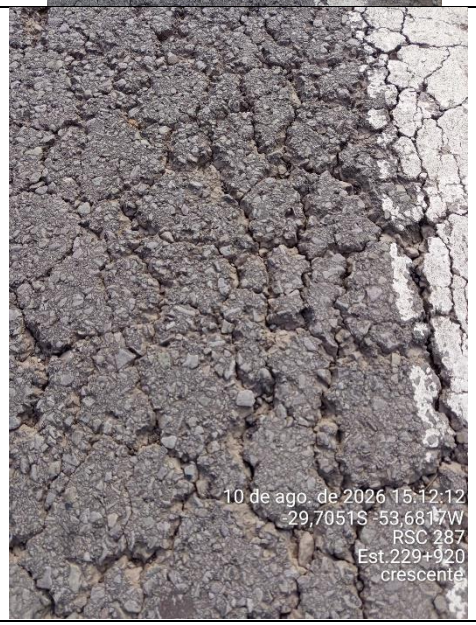
88.		 	Trincas Interligadas de Classe 3 Item 3.1.1 do PER	211+810	Crescente	72 horas

89.		 	Abaulamento/ Depressão (Medição: 89 mm) Item 3.1.1 do PER	213+880 (defeito em local já reparado)	Decrescente	72 horas

90.		 	Panelas Item 3.1.1 do PER	213+910	Crescente	24 horas

91.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	221+880 (defeito em local já reparado)	Decrescente	24 horas

92.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	229+920 (defeito em local já reparado)	Crescente	24 horas

93.		 	Trincas Interligadas de Classe 3 Item 3.1.1 do PER	229+925	Crescente	72 horas

94.		 	Trincas Interligadas de Classe 3 Item 3.1.1 do PER	229+930	Crescente	72 horas

ANEXO II – REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul

CREA-RS Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul

ART Numero
13954959

Tipo: OBRA OU SERVIÇO
Participação Técnica: INDIVIDUAL/PRINCIPAL
Convênio: NÃO É CONVÊNIO
Motivo: SUBSTITUIÇÃO DE ART
ART Vínculo: 13946652

Contratado

Carteira: RN16220173
Profissional: FLÁVIO ANDRÉ RIDE BARREIRO
E-mail: capacitacao@afaplan.com.br
RNP: 2116220173
Título: Engenheiro Civil
Empresa: NENHUMA EMPRESA
Nr.Reg.:

Contratante

Nome: SECRETARIA DA RECONSTRUCAO GAUCHA
E-mail:
Endereço: Avenida BORGES DE MEDEIROS 1501 ANDAR 10
Telefone:
CPF/CNPJ: 49367500000155
Cidade: Porto Alegre
Bairro: PRAIA DE BELAS
CEP: 90110150
UF: RS

Identificação da Obra/Serviço

Proprietário: SECRETARIA DA RECONSTRUCAO GAUCHA
Endereço da Obra/Serviço: Avenida BORGES DE MEDEIROS 1501 ANDAR 10
CPF/CNPJ: 49367500000155
Cidade: PORTO ALEGRE
Bairro: PRAIA DE BELAS
CEP: 90110150
UF: RS
Finalidade: OUTRAS FINALIDADES
Vlr Contrato(R$): 2.658.720,00
Honorários(R$): 0,00
Data Início: 19/06/2025
Prev.Fim: 30/06/2027
Ent.Classe:

Atividade Técnica	Descrição da Obra/Serviço	Quantidade	Unid.
Parecer Técnico	Meio Ambiente	1,00	UN
Parecer Técnico	Impacto Ambiental	1,00	UN
Parecer Técnico	Pontes, Viadutos e Elevados	1,00	UN
Parecer Técnico	Estradas - Pavimentação	476,05	KM
Parecer Técnico	Pistas de Rolamento - Pavimentação	476,05	KM
Parecer Técnico	Pista de Rolamentos - Meio-Fios	476,05	KM
Parecer Técnico	Pista de Rolamentos - Sarjetas	476,05	KM
Parecer Técnico	Pista de Rolamentos - Valetas	476,05	KM
Parecer Técnico	Pistas de Rolamento - Bueiros	1,00	UN
Parecer Técnico	Pistas de Rolamento - Sinalização	476,05	KM
Parecer Técnico	Pistas de Rolamento - Infra Estrutura	476,05	KM
Parecer Técnico	Estabilidade e Contenção de Taludes e Encostas	1,00	UN
Parecer Técnico	Estruturas - Muros de Contenção	1,00	UN
Parecer Técnico	Obras em Terra e Terraplenagem - Obras de Terra e Contenções	1,00	UN
Parecer Técnico	Obras em Terra e Terraplenagem - Terraplenagem	476,05	KM
Parecer Técnico	Acessibilidade	1,00	UN

ART registrada (paga) no CREA-RS em 19/08/2025

Local e Data	Declaro serem verdadeiras as informações acima	De acordo
	)/$9,2 $1'5(5,'(%$55(,52	
	FLÁVIO ANDRÉ RIDE BARREIRO	SECRETARIA DA RECONSTRUCAO GAUCHA
	Profissional	Contratante

A AUTENTICIDADE DESTA ART PODE SER CONFIRMADA NO SITE DO CREA-RS, LINK SOCIEDADE - ART CONSULTA.

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul

CREA-RS

ART Numero
13953844

Tipo: CARGO OU FUNÇÃO **Participação Técnica:** INDIVIDUAL/PRINCIPAL
Convênio: NÃO É CONVÊNIO **Motivo:** SUBSTITUIÇÃO DE ART **ART Vínculo:** 13946544

Contratado

Carteira: RS112378 **Profissional:** HELIO RICARDO REMIÃO GONÇALVES **E-mail:** hrrgrica@gmail.com
RNP: 2201186022 **Título:** Engenheiro Civil
Empresa: NENHUMA EMPRESA **Nr.Reg.:**

Contratante

Nome: AFAPLAN - PLANEJAMENTO E GESTAO DE PROJETOS LTDA **E-mail:** RICARDO.COELHO@AFAPLAN.COM.B
Endereço: Avenida DAS NAÇÕES UNIDAS, 10989 7107 **Telefone:** **CPF/CNPJ:** 13533601000101
Cidade: São Paulo **Bairro:** BROOKLIN PAULISTA **CEP:** 4578900 **UF:** SP

Identificação da Obra/Serviço

Proprietário: SECRETARIA DA RECONSTRUCAO GAUCHA
Endereço da Obra/Serviço: Avenida Borges de Medeiros 1501 andar 10 **CPF/CNPJ:** 49367500000155
Cidade: PORTO ALEGRE **Bairro:** Praia de Belas **CEP:** 90110150 **UF:** RS
Finalidade: OUTRAS FINALIDADES **Vlr Contrato(R$):** 0,00 **Honorários(R$):** 12.537,55
Data Início: 23/06/2025 **Prev.Fim:** / / **Ent.Classe:**

Atividade Técnica	Descrição da Obra/Serviço	Quantidade	Unid.
Cargo ou Função	Responsável Técnico da PJ dentro das atribuições	44,00	H/SEM.

ART registrada (paga) no CREA-RS em 19/08/2025

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA RECONSTRUÇÃO GAÚCHA

Subsecretaria de Projetos para Reconstrução
Departamento de Fiscalização de Concessões Rodoviárias

NOTA TÉCNICA

I. DADOS DO CONTRATO E IDENTIFICAÇÃO DO DOCUMENTO

Identificação: DFCR-RSM-NT-146-2026;

Data de Recebimento: 31/08/2026;

Data da Nota Técnica: 10/09/2026;

Identificação do Contrato: CONTRATO SELT Nº 20/2021 – EDITAL CRI nº 0001/2020;

Objeto do Contrato: concessão da infraestrutura de transporte do trecho da RSC-287, trecho Tabaí – Santa Maria (km 28,03 ao km 232,54);

Concessionária: Rota de Santa Maria (RSM);

Assunto: Ofício RSM nº 313/2026-PC (3381160) - Termo de Notificação TN 086/2026;

Referência: SEI nº 26/0400-9000300-5.

II. CONSIDERAÇÕES INICIAIS E CONTEXTUALIZAÇÃO

1. Na data de 31 de agosto de 2026, o Departamento de Gestão de Contratos, Fiscalização e Medições (DEGCON) da Secretaria de Logística e Transportes (SELT) encaminhou à SERG/SPR/DFCR o SEI nº 26/0400-9000300-5, o qual versa sobre o Ofício RSM nº 313/2026-PC (3381160), oriundo da Concessionária Rota de Santa Maria (RSM).

2. O referido ofício apresenta ao Poder Concedente a manifestação acerca do Termo de Notificação instruído no SEI supracitado, no que tange ao Relatório de Vistoria DFCR-RSM-RV-086-2026 (3054671), emitido em 12 de agosto de 2026 pela SERG/SPR/DFCR.

3. A concessionária recebeu o Termo de Notificação na data de 13 de agosto de 2026 e apresentou manifestação, bem como evidências dos serviços de correção que foram executados, via e-mail, em 28 de agosto de 2026.

4. No presente documento, a análise técnica da SERG/SPR/DFCR se baseia apenas na documentação abrangida pelo prazo determinado pelo Poder Concedente no Termo de Notificação.

III. DOCUMENTAÇÃO ENTREGUE PELA CONCESSIONÁRIA

5. A Concessionária Rota de Santa Maria, na data de 28 de agosto de 2026, procedeu à entrega de 1 (um) ofício e de seu anexo, conforme abaixo:

- Ofício RSM nº 313/2026-PC: Manifestação referente ao Termo de Notificação – TN 086/2026 (3381160);
- RSM-313-2026-PC - Anexos.zip (3381163, 3381164, 3381165, 3381167, 3381169, 3381171, 3381174, 3381176).

IV. ANÁLISE PRELIMINAR

a) Não Incumbência da SERG para os Atos Fiscalizatórios Praticados

6. Esclarecemos que o contrato define como Poder Concedente "o Estado do Rio Grande do Sul, cujas competências nessa condição serão exercidas pela Secretaria de Logística e Transportes (SELT), ou por outros órgãos da Administração, conforme a distribuição legal de competências". Ainda, a Lei Estadual nº 15.934/2023, alterada pela Lei nº 16.136/2024, atribui à Secretaria da Reconstrução Gaúcha (SERG) a competência de exercer o acompanhamento dos contratos de concessão e de parcerias público-privadas, a fiscalização dos contratos de concessões rodoviárias, bem como promover a regulação dos serviços públicos delegados prestados ao cidadão.

7. Especificamente em relação à fiscalização dos contratos, a Lei nº 16.136/2024 é clara e nítida em seu art. 1º, inciso III, item i, manifestando que compete à SERG "exercer a fiscalização dos contratos de concessões rodoviárias e aprovar os respectivos projetos de engenharia".

8. Portanto, a alegação de "não incumbência da SERG para os atos fiscalizatórios praticados" não encontra respaldo na legislação de regência.

b) Da Ausência de Notificação Prévia da Fiscalização

9. No que se refere à Resolução Normativa nº 32/2016 da AGERGS, conforme pontuam Egon Bockmann Moreira e Heloísa Conrado Caggiano (2013), "os regulamentos da agência reguladora são norma, e por isso vinculam os agentes regulados", e não o Poder Concedente. Dessa forma, a atuação do Poder Concedente na fiscalização do contrato não está vinculada à referida resolução.

10. Ademais, o Decreto Estadual nº 53.490/2017, que trata da exploração das rodovias e estabelece o Marco Regulatório das Concessões Rodoviárias no Estado do Rio Grande do Sul, ao dispor acerca dos direitos e deveres do Poder Concedente, determina como uma de suas incumbências "regulamentar o serviço concedido e fiscalizar a sua prestação, de forma presencial e virtual, nos limites do art. 5º da Lei Estadual 14.875/16" (art. 66, inciso I).

c) Das Alegações da Concessionária no Item 4.1 do Ofício RSM nº313/2026-PC (3381160)

11. Não há amparo na legislação de regência e no Contrato de Concessão SELT nº 20/2021 para as alegações apresentadas pela concessionária no Item 4.1 (Da Atuação Geral e Diligência da Concessionária) do ofício supracitado.

12. Diante do teor extraído do Ofício RSM nº 313/2026-PC, é preciso esclarecer que a realização de vistoria em campo e a emissão de termo de notificação, caso necessário, são legítimos e aplicáveis, tendo por objetivo o acompanhamento ao atendimento contratual pleno, incluindo seus anexos. Conforme destacado pela concessionária, a etapa de Trabalhos Iniciais foi encerrada e atestada pelo Poder Concedente e AGERGS, após a emissão do Termo de Vistoria pelo Poder Concedente, o que permitiu o início da cobrança de tarifas em 3 (três) novas praças de pedágio.

13. Entretanto, é preciso relembrar à concessionária que os indicadores e parâmetros de desempenho precisam ser mantidos de forma concomitante, inclusive durante a fase de recuperação. Assim, o término da etapa dos Trabalhos Iniciais não exime a responsabilidade da concessionária em manter esses indicadores durante o desenvolvimento da fase de recuperação, conforme previsão contratual.

14. Todos os parâmetros de desempenho para cada etapa e os prazos de atendimento estão previstos no Programa de Exploração da Rodovia (PER), sendo obrigação da concessionária o atendimento nos prazos definidos, inclusive em relação aos defeitos que necessitem de intervenção em 24 horas. Ademais, a concessionária tinha pleno conhecimento dos termos e prazos contratuais quando da assinatura do contrato de concessão.

15. Por outro lado, a logística, no que tange à dificuldade de dimensionamento de estoques de componentes para a substituição, de fornecedores, de máquinas e/ou de equipes técnicas, é de responsabilidade da própria concessionária, a fim de evitar intercorrências no atendimento dentro dos prazos contratuais.

16. Diante do exposto, é de suma importância reforçar à concessionária que as atividades fiscalizatórias desenvolvidas pelos diferentes atores (SELT, SERG e AGERGS) não são punitivas ou arbitrárias, visto que são realizadas em sintonia, objetivando o acompanhamento do atendimento aos dispositivos contratuais.

d) Das Alegações da Concessionária no Item 4.3 do Ofício RSM nº 313/2026-PC (3381160)

17. No Item 4.3 (Do impacto das Chuvas Extraordinárias no Pavimento) do Ofício RSM nº 313/2026-PC, a Concessionária Rota de Santa Maria discorre sobre a tragédia ocorrida no final de abril e início de maio de 2024. Também, alega que, de modo geral, toda a RSC-287 foi severamente impactada, em especial, o pavimento, tendo em vista que as inundações atingiram as camadas de base e demais componentes estruturais, ocasionando danos à estrutura.

18. Ainda, a concessionária alega que o número de apontamentos correlacionados ao pavimento no Termo de Notificação evidencia que as patologias têm se tornado mais frequentes por consequência do acúmulo de água nas camadas mais profundas do asfalto, destacando que são consequências da catástrofe climática de 2024.

19. Nesse sentido, a SERG, SELT e AGERGS têm pleno conhecimento do ocorrido durante o período de enchente, mas é preciso ter cautela por parte dessa narrativa, pois a RSC-287 não foi atingida de forma homogênea em toda sua extensão durante o evento climático e já apresentava problemas relacionados ao pavimento, em especial.

20. Para isso, a SERG/SPR/DFCR apresenta uma síntese das constatações/defeitos registrados nos relatórios de vistoria, com base nos levantamentos em campo, sendo todos indexados conforme a respectiva disciplina prevista no item 3.1 do PER, bem como agrupados em períodos, antes e após o evento climático.

21. Os dados catalogados e apresentados se referem às vistorias realizadas durante o 2º ano de concessão, período de 1º setembro de 2022 a 31 de agosto de 2023; e do 3º ano de concessão, entre 1º de setembro de 2023 e 22 de abril de 2024. É necessário ressaltar que, no 3º ano de concessão, foram realizadas vistorias até abril, visto a suspensão contratual temporária.

22. Outro ponto importante é que a síntese abaixo apresenta somente os dados do Poder Concedente, excluindo-se os da AGERGS.

Tabela 1 – Síntese dos defeitos/constatações notificados pelo Poder Concedente

Concessão	Número de meses em que houve vistorias:	Número de Constatações/Defeitos por Disciplina - Item 3.1 do PER						
		Pavimento	Sinalização e Elementos de Proteção	Sistemas de Drenagem	OAE	Terraplenos e Estruturas de Contenção	Faixa de Domínio	Edifica
2º Ano (set2022-ago2023)	*12*	*958 (79,63%)*	*160 (13,30%)*	*19 (1,58%)*	*6 (0,50%)*	*4 (0,33%)*	*56 (4,66%)*	*0 (0%*
3º Ano (set2023-abr2024)	*6*	*817 (80,10%)*	*125 (12,25%)*	*6 (0,59%)*	*19 (1,86%)*	*3 (0,29%)*	*50 (4,90%)*	*0 (0%*
Total	***18***	***1775 (79,85%)***	***285 (12,82%)***	***25 (1,12%)***	***25 (1,12%)***	***7 (0,31%)***	***106 (4,77%)***	***0 (0%***

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

23. Os dados apresentados na Tabela 1 demonstram que a maior parte dos defeitos/constatações notificadas pelo Poder Concedente está relacionada à disciplina de Pavimento (item 3.1.1 do PER), acompanhada da Sinalização e Elementos de Proteção e Segurança (item 3.1.2 do PER) e da Faixa de Domínio (item 3.1.6 do PER), independentemente do ano de concessão.

24. Ademais, os dados catalogados mostram que houve um aumento significativo dos apontamentos no 3º ano de concessão (setembro/23 a abril/24), em relação ao 2º ano, haja vista que se referem à metade do período anual.

25. É nítido que a síntese dos dados mostra a disciplina de pavimento como responsável por aproximadamente 80% dos defeitos notificados pelo Poder Concedente, antes do evento climático.

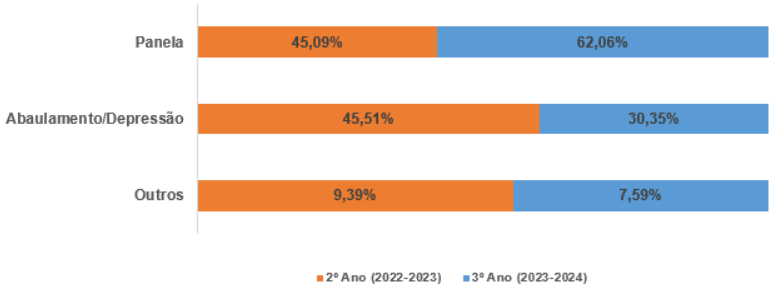
26. Ao detalhar a tipificação dos defeitos/constatações do pavimento, os que apresentam maior recorrência são: panela e abaulamento/depressão. Corrobora que outros defeitos também foram identificados: exsudação com área superior a 1 m², afundamento em trilha de rodas, trincas interligadas de classe 3 e desnível entre faixa de rodagem/acostamento, sendo esses classificados na categoria outros. A Tabela 2 e o Gráfico 1, colacionados abaixo, ilustram a síntese dos dados para o 2º e 3º ano de concessão.

Tabela 2 – Síntese das constatações/defeitos relacionadas ao pavimento

Concessão	Pavimento *(Total)*	Tipificação das Constatações do Pavimento		
		Panela	Abaulamento/Depressão	Outros
2º Ano (set2022-ago2023)	*958*	*432 (45,09%)*	*436 (45,51%)*	*90 (9,39%)*
3º Ano (set2023-abr2024)	*817*	*507 (62,06%)*	*248 (30,35%)*	*62 (7,59%)*
Total	***1775***	***939 (52,90%)***	***684 (38,54%)***	***152 (8,56%)***

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Gráfico 1 – Síntese das constatações/defeitos relacionadas ao pavimento



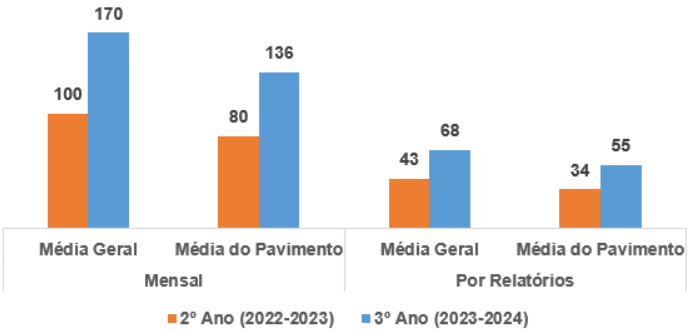
Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

27. No Gráfico 1, é nítido que a maior proporção dos defeitos/constatações identificadas no pavimento são panelas, independentemente do ano de concessão. Ademais, é possível verificar que houve um acréscimo de aproximadamente 17% neste tipo de defeito no 3º ano de concessão (setembro/23 a abril/24), em relação ao período anterior.

28. No que diz respeito à manutenção dos defeitos do tipo panela, a medida corriqueira a ser adotada é o fechamento com mistura asfáltica. E, por óbvio, qualquer reparo no pavimento deverá respeitar o critério previsto no item 3.1.1 do PER, visando não apresentar exsudações e/ou deformações superiores a 5 mm, em relação ao pavimento original.

29. De modo geral, considerando o número de relatórios e meses em que ocorreram vistorias, é possível visualizar que, proporcionalmente, houve incremento no número de defeitos/constatações do 2º ano de concessão para o período subsequente. O Gráfico 2, abaixo, mostra a relação de defeitos/constatações gerais e do pavimento *versus* o número de relatório e de meses.

Gráfico 2 – Proporção de Defeitos/Constatações por relatório e mês



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

30. Diante dos dados apresentados no Gráfico 2, é possível afirmar que houve elevação de 70% entre o 2º e 3º ano de concessão, no número total de defeitos/constatações observadas a cada mês. Já o incremento identificado, de forma geral, por relatório, em média, foi de 58%.

31. Entretanto, ao observar o comportamento para a disciplina de pavimento, é nítido que houve a elevação significativa de defeitos, entre o 2º e 3º ano de concessão, contabilizado até 22 de abril de 2024.

32. A média mensal no 2º ano de concessão era de oitenta (80) defeitos notificados relacionados ao pavimento. Já no 3º ano de concessão (setembro/23 a abril/24), a média passou para cento e trinta e seis (136) defeitos. Isso representa um acréscimo de 70%, no período.

33. Por óbvio, ocorreu a elevação do número médio de defeitos relacionados ao pavimento nos relatórios emitidos. Em média, cada relatório de vistoria no 2º ano de concessão detinha trinta e quatro (34) registros, e, no 3º ano, ocorreu a elevação para cinquenta e cinco (55) apontamentos referentes a essa disciplina. Essa evolução representa um acréscimo de aproximadamente 62%.

34. No que tange às correções dos defeitos/constatações da área funcional de pavimento, a SERG/SPR/DFCR apresenta a síntese dos dados na Tabela 3, a seguir.

Tabela 3 – Atendimento no Prazo Contratual

Concessão	Pavimento *(Total)*	Dentro do Prazo	Fora do Prazo	Não Atendido
2º Ano (set2022-ago2023)	958	503 *(52,51%)*	430 *(44,89%)*	25 *(2,61%)*
3º Ano (set2023-abr2024)	817	643 *(78,70%)*	83 *(10,16%)*	91 *(11,14%)*
Total	***1775***	***1146 (64,56%)***	***513 (28,90%)***	***116 (6,54%)***

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

35. Vale destacar que a avaliação do atendimento considera a data de notificação do Poder Concedente e o registro fotográfico georreferenciado encaminhado pela concessionária, dentro do prazo de resposta determinado pelo Poder Concedente.

36. A Tabela 3 mostra, para o pavimento, que a concessionária possui um índice médio de correção dos defeitos de 64,56% dentro dos prazos definidos no PER e eventuais dilações justificadas concedidas.

37. Nota-se que ocorreu melhora na taxa de atendimento respeitando o prazo determinado, durante o 3º ano de concessão (setembro/23 a abril/24). Também, no mesmo período, houve redução nas correções realizadas fora do prazo previsto no PER.

38. É possível afirmar que a melhora desses índices está atrelada ao tipo de correção do defeito de maior incidência no período – panelas. Afinal, a medida corretiva consiste no ato simples de fechamento, com o nivelamento da superfície.

39. Porém, houve aumento significativo de não correções de defeitos notificados pelo Poder Concedente, o que representou o total aproximado de 11% durante o 3º ano de concessão (setembro/23 a abril/24). Isso significa que a concessionária não encaminhou evidência do tratamento do defeito, dentro do prazo contratual determinado na notificação.

40. Assim, é evidente a estratégia responsiva adotada pela concessionária de atender às correções dos defeitos que preveem multa contratual automática, sendo os demais realizados em segundo momento.

41. Por outro lado, a SERG/SPR/DFCR observa a ocorrência de recidiva de defeitos em diferentes vistorias realizadas em locais/trechos que passaram por ação de manutenção, após notificação previamente emitida.

42. A responsabilidade pela manutenção e conservação dos elementos que constituem o sistema rodoviário, incluindo o pavimento, é exclusivamente da Rota de Santa Maria.

43. Retoricamente, a concessionária narra e alega, nas respostas aos Termos de Notificação emitidos pelo Poder Concedente, que dispõe de oito (8) equipes internas e três (3) equipes externas, o que totaliza onze (11) equipes com mais de cento (100) pessoas destinadas exclusivamente à conservação da RSC-287.

44. Já a SERG/SPR/DFCR rotineiramente registra, em seus relatórios de vistoria, o quantitativo de equipes de manutenção e conservação visualizadas em campo durante o ato fiscalizatório. Ademais, informa qual a atuação da referida equipe no momento – pavimento, sinalização, drenagem, roçada, OAE ou outra.

45. Clarificado isso, em nenhuma vistoria efetuada pela equipe da SERG/SPR/DFCR, até o momento, foi observado o número de equipes declarado pela concessionária de forma reiterada nas respostas aos Termos de Notificação encaminhadas ao Poder Concedente.

46. Em sentido contrário, o número de equipes observadas em campo destoa do informado, sendo a moda observada de três (3) equipes atuando ao longo dos 204,51 km de trecho, rotineiramente. Em complementação, o fato de haver equipe de conservação na rodovia não caracteriza a existência de dedicação ao pavimento, o que ocorre na maior parte dos registros.

47. A partir dos registros nos relatórios de vistoria da SERG/SPR/DFCR, é possível inferir que o número de frentes de conservação estão aquém do informado reiteradamente pela concessionária, e a presença de equipes de manutenção em campo não significa que estejam atuando no pavimento da RSC-287.

48. Com isso, o alto índice de defeitos registrados no pavimento pela SERG/SPR/DFCR pode estar relacionado à estratégia adotada pela concessionária quanto ao tipo de intervenção empregada, qualidade da mão de obra e dos insumos utilizados, insuficiência de equipes de conservação e manutenção, ausência de fiscalização sobre serviços executados por empresas terceirizadas/parceiras, deficiência na coleta de dados em campo pela equipe operacional, dentre outros. Ou seja, não se pode atribuir ao evento climático ocorrido as condições atuais do pavimento.

49. Outrossim, a SERG/SPR/DFCR manifesta preocupação com o surgimento de defeitos no pavimento em trecho recém-duplicado e que está em fase de recebimento provisório pelo Poder Concedente. A equipe de fiscalização em campo já detectou defeitos do tipo panela e abaulamento/depressão no trecho de Santa Cruz do

Sul (ST5u). É preciso frisar que a referida obra se deu por concluída há aproximadamente três (3) meses.

50. Este fato corrobora os elementos citados anteriormente, os quais indicam a necessidade, em regime de urgência, de a concessionária revisitar as estratégias de qualidade adotadas até o momento.

51. Para efeito informativo, visando ao monitoramento e acompanhamento da atuação da concessionária na rodovia, a SERG/SPR/DFCR acessa rotineiramente as centenas de câmeras da RSC-287 disponibilizadas pelo Circuito Fechado de TV (CFTV), a fim de observar as atividades em andamento no trecho – importante frisar que não se trata de atividade fiscalizatória virtual. Contudo, é de praxe não visualizar equipes de manutenção e conservação atuando no pavimento do trecho concedido.

52. Assim sendo, é necessário registrar que a ausência de equipes em atividade laboral sobre o pavimento concorre para a piora das condições funcionais e estruturais do mesmo sob ação de tráfego constante.

53. O alto registro de defeitos/constatações no pavimento, já durante a fase de recuperação, não demonstra avanços nas condições e qualidade do pavimento da rodovia, fato constatado e consumado por meio das análises apresentadas acima, ou seja, trata-se de um ponto crítico de atuação da concessionária, antes mesmo do evento climático.

54. Por outro lado, é evidente que a inércia da concessionária na correção dos defeitos, tais como panelas, depressões, abaulamentos e outros, inclusive das trincas interligadas de classe 3, aliada à deficiência na qualidade dos reparos realizados, irá impactar diretamente as medidas de auscultação do pavimento utilizadas para monitoração, tais como: levantamento visual do pavimento (LVC), IRI (irregularidade longitudinal) e afundamento de trilhas de roda (ATR), bem como a condição estrutural do pavimento, traduzida nas medidas de deflexão.

55. Corroboram os registros de manifestações dos usuários sobre o pavimento, uma amostra de matérias jornalísticas identificadas pela equipe da SERG/SPR/DFCR, veiculadas em diferentes meios de comunicação, além de registros relacionados no tradicional site ReclameAQUI e avaliações do Google.

56. Nesse sentido, a sequência de imagens apresentadas a seguir ilustra uma amostra de reportagens e reclamações identificadas em rápida pesquisa na internet realizada pela SERG/SPR/DFCR.

Figura 1 – Reportagem veiculada em 19 dezembro de 2022: “Problemas no asfalto geram riscos para motoristas da RSC-287”


Problemas no asfalto geram riscos para motoristas na RSC-287

Agergs já emitiu 11 notificações; Rota de Santa Maria promete reforço nas equipes para realizar reparos a partir de janeiro

19 de dezembro de 2022 07:11 | Atualizado em 19 de dezembro de 2022 10:58 Por RONALDO FALKENBACK

Foto: Ronaldo Falkenback

Fonte: www.gaz.com.br/problemas-no-asfalto-geram-riscos-para-motoristas-na-rsc-287/

Figura 2 – Reclamação Registrada no site ReclameAQUI em 24 de dezembro de 2022: “Concessionária não mantém as estradas utilizáveis”


Concessionária não mantém as estradas utilizáveis

Rota De Santa Maria

Venâncio Aires - RS 24/12/2022 às 11:04 ID: 156152933

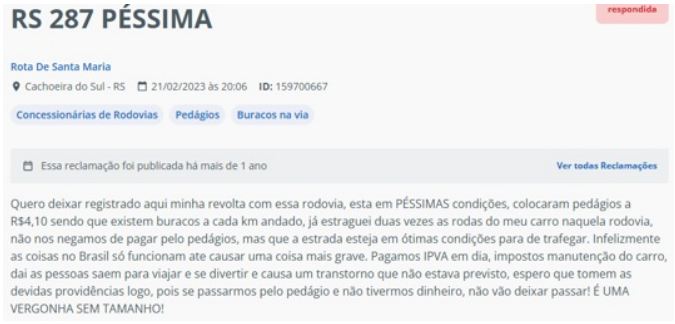
Concessionárias de Rodovias Condições da Estrada Acidente

Essa reclamação foi publicada há mais de 1 ano Ver todas Reclamações

Dia 15/12 sofri um acidente com minha moto por culpa de buracos e elevações na RSC 287 que deveria ser bem concertada pela Rota de Santa Maria.
500 reais em despesas médicas, vários dias perdidos no trabalho, mais de 9 mil em concerto da minha moto, roupas, capacete, tudo pro lixo. Até hoje o buraco está lá, até hoje eu estou sem conseguir caminhar direito. Um descaso TOTAL com todos os usuários da via, que não têm nenhuma rota de desvio, sem condições de andar nessa 287

Fonte: www.reclameaqui.com.br/rota-de-santa-maria/concessionaria-nao-mantem-as-estradas-utilizaveis_JaRJVTWq8Eq6YwYf/

Figura 3 – Reclamação Registrada no site ReclameAQUI em 21 de fevereiro de 2023: “RSC 287 Péssima”


RS 287 PÉSSIMA

respondida

Rota De Santa Maria

Cachoeira do Sul - RS 21/02/2023 às 20:06 ID: 159700667

Concessionárias de Rodovias Pedágios Buracos na via

Essa reclamação foi publicada há mais de 1 ano Ver todas Reclamações

Quero deixar registrado aqui minha revolta com essa rodovia, esta em PÉSSIMAS condições, colocaram pedágios a R$4,10 sendo que existem buracos a cada km andado, já estraguei duas vezes as rodas do meu carro naquela rodovia, não nos negamos de pagar pelo pedágios, mas que a estrada esteja em ótimas condições para de trafegar. Infelizmente as coisas no Brasil só funcionam ate causar uma coisa mais grave. Pagamos IPVA em dia, impostos manutenção do carro, dai as pessoas saem para viajar e se divertir e causa um transtorno que não estava previsto, espero que tomem as devidas providências logo, pois se passarmos pelo pedágio e não tivermos dinheiro, não vão deixar passar! É UMA VERGONHA SEM TAMANHO!

Fonte: www.reclameaqui.com.br/rota-de-santa-maria/rs-287-pessima_965C0Eph80GqCjaN/

Figura 4 – Reportagem veiculada em 9 março de 2023: “Concessionária Rota de Santa Maria é punida por más condições da 287”

GERAL 09/03/2023 17:30
POR: REDAÇÃO

Concessionária Rota de Santa Maria é punida por más condições da 287

Auto de infração foi aplicado pela Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados (Agergs)



Fonte: www.folhadecandelaria.com.br/ler-noticia/53m18z/concessionaria-rota-de-santa-maria-e-punida-por-mas-condicoes-da-287.html

Figura 5 – Reportagem veiculada em 9 maio de 2023: “Buracos e desníveis na RSC-287 exigem atenção redobrada”

Buracos e desníveis na RSC-287 exigem atenção redobrada

Situação se agravou nos últimos dias em decorrência da chuva; concessionária informou que está tomando providências

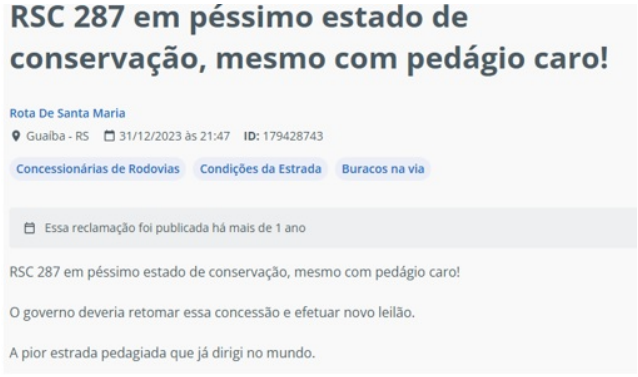
9 de maio de 2023 06:55 | Atualizado em 9 de maio de 2023 06:55 Por **LAVIGNEA WITT**

Foto: Alencar da Rosa/Banco de Imagens



Fonte: www.gaz.com.br/buracos-e-desniveis-na-rsc-287-exigem-atencao-redobrada/

Figura 6 – Reclamação Registrada no site ReclameAQUI em 31 de dezembro de 2023: “RSC 287 em péssimo estado de conservação, mesmo com pedágio caro!”



Fonte: www.reclameaqui.com.br/rota-de-santa-maria/rsc-287-em-pessimo-estado-de-conservacao-mesmo-com-pedagio-caro_OEYLt6js3H1AeTPS/

57. Em algumas imagens supracitadas estão ilustradas situações que promovem relatos acerca da condição do pavimento, ainda em dezembro de 2022. Isso representa também que, logo após findar a Etapa dos Trabalhos Iniciais, a concessionária já apresentava problemas relacionados ao pavimento rodoviário da RSC-287, muito antes do evento climático.

58. Não restrito a 2022, fica constatado que é possível encontrar facilmente matérias jornalísticas e manifestações de insatisfação dos usuários com a rodovia nos anos subsequentes, ou seja, muito antes do evento climático.

59. As diferentes matérias e reclamações que tratam da rodovia RSC-287, no trecho sob responsabilidade da Rota de Santa Maria, registram a situação problemática do pavimento, evidenciando o problema mesmo antes do evento climático.

60. Considerando a conduta e a estratégia de manutenção, conservação e recuperação da Rota de Santa Maria, bem como as reclamações e reportagens em geral, não se pode atribuir única e exclusivamente ao evento climático de 2024 a condição do pavimento, já que resta clara a situação crítica no período anterior.

V. ANÁLISE PRELIMINAR

61. Para o cômputo do prazo de atendimento foi considerada a data e o horário de recebimento, pela concessionária, da notificação enviada, via e-mail, pelo Poder Concedente (3117508). Entretanto, a concessionária apresentou pleito para extensão do prazo.

62. A SERG/SPR/DFCR se manifesta pelo não acolhimento da justificativa apresentada para concessão do prazo adicional total solicitado (95 dias), tendo em vista que as atividades de conservação e operação devem ser objetos de rotina da concessionária.

63. Entretanto, os registros apresentados no Ofício RSM nº 313/2026-PC evidenciam a ocorrência de precipitação pluviométrica nos dias 14 e 16 de agosto de 2026, ou seja, dentro dos prazos previstos para atuação da concessionária, conforme o PER.

64. Dessa forma, a SERG/SPR/DFCR é favorável à extensão do prazo em 2 (dois) dias. Sendo assim, o prazo limite considerado para correção das constatações que necessitam de 72h para atuação foi 18 de agosto de 2026.

65. As limitações operacionais alegadas decorrem exclusivamente da estratégia de alocação de recursos adotada pela concessionária, não configurando fato imprevisível ou extraordinário capaz de justificar a ampliação do prazo de correção. A gestão dos recursos humanos, equipamentos, materiais e fornecedores integra o risco ordinário do negócio assumido pela concessionária no momento da celebração do Contrato.

66. Com base no Ofício RSM n° 313/2026-PC e anexo, a concessionária promoveu a correção parcial das constatações. No quadro abaixo está apresentada a síntese da análise das evidências encaminhadas junto ao ofício:

IDs	Situação
01 / 03 a 05 / 24 / 28 / 29 / 32 / 41 / 43 / 48 / 55 / 57 / 59 / 61 / 62 / 65 / 74 / 75 / 77 / 92	Atendido (*)
02 / 06 a 23 / 25 a 27 / 30 / 35 a 38 / 40 / 42 / 44 a 47 / 49 a 54 / 56 / 58 / 60 / 63 / 64 / 66 a 73 / 76 / 78 a 91 / 93 / 94	Não Atendido (**)
31 / 33 / 34 / 39	Fora do prazo (***)

Observações:

(*) A concessionária efetuou a correção dos defeitos dentro do prazo definido.
(**) A concessionária não encaminhou evidência ou enviou evidências insuficientes para caracterizar a adequada correção das constatações apontadas por meio de registro fotográfico, constando a data, hora e localização georreferenciada.
(***) A concessionária efetuou a correção dos defeitos fora do prazo definido (considerando o prazo adicional concedido).

67. No Ofício RSM nº 313/2026-PC, a concessionária cita que os IDs 01, 03 e 04 (Dispositivo de Drenagem Obstruído), em razão das condições verificadas durante a vistoria, entende-se que a justificativa apresentada pela Concessionária não afasta a ocorrência apontada. As imagens evidenciam a presença de terra e vegetação acumuladas nos dispositivos de drenagem, comprometendo suas condições adequadas de conservação, conforme os registros apresentados.

68. O item 3.1.4 – Sistema de Drenagem e Obras-de-Arte Correntes (OACs) prevê expressamente, dentre as atividades aplicáveis ao sistema de drenagem, a execução de serviços de limpeza, desassoreamento e desobstrução dos dispositivos.

69. A alegação de que somente a completa obstrução do dispositivo de drenagem seria suficiente para caracterizar a não conformidade não encontra respaldo na própria obrigação de conservação citada pela Concessionária, que prevê a execução de serviços de limpeza e desobstrução de sarjetas, canaletas e descidas d’água, com o objetivo de manter os dispositivos em condições adequadas de funcionamento.

70. Os registros fotográficos que fundamentaram o TN evidenciam a presença e o acúmulo de solo, vegetação, folhas e/ou resíduos nos dispositivos e em suas áreas de escoamento, não se tratando, portanto, da mera presença pontual de material carreado inerente à operação normal da rodovia. Tais condições indicam necessidade de intervenção de conservação e justificam o apontamento realizado pela fiscalização.

71. Ressalta-se que a caracterização da necessidade de limpeza ou desobstrução não está condicionada à perda total da capacidade hidráulica do dispositivo. A manutenção dos sistemas de drenagem possui caráter preventivo, devendo evitar que o acúmulo progressivo de materiais reduza sua seção útil, prejudique o livre escoamento das águas ou evolua para situação de obstrução mais severa.

72. Da mesma forma, a ausência de registro de acidentes relacionados à drenagem no local não descaracteriza a condição verificada durante a vistoria, uma vez que o apontamento se refere às condições de conservação dos dispositivos, e não à ocorrência de acidente ou à demonstração de falha hidráulica total.

73. Quanto à informação de que a Concessionária realiza monitoramentos semestrais e intervenções conforme seu planejamento de conservação, tal procedimento não afasta a situação constatada in loco e registrada fotograficamente pelo TN na data da vistoria.

74. Dessa forma, mantêm-se os apontamentos referentes aos IDs 01, 03 e 04, devendo a Concessionária comprovar a execução dos serviços de limpeza/desobstrução necessários, mediante registros fotográficos que permitam verificar o restabelecimento das condições adequadas de conservação dos dispositivos.

75. Para os IDs 41, 50, 57, 77 classificado como “Sinalização Vertical Danificada", a Concessionária atribui os danos constatados a fatos de terceiros e informa que os elementos se encontravam anteriormente implantados e em condições adequadas.

76. Contudo, a origem atribuída aos danos não descaracteriza a condição constatada durante a vistoria, uma vez que os registros fotográficos evidenciam elementos de sinalização danificados, desprendidos e/ou fora de sua posição operacional. A própria manifestação da Concessionária reconhece que, identificadas anomalias, cabe a adoção das medidas necessárias à conservação e ao restabelecimento dos elementos aos padrões previstos no PER.

77. Quanto ao Relatório de Monitoração de Sinalização Vertical apresentado em 17/12/2024, este demonstra a condição dos elementos naquela ocasião, não sendo suficiente, isoladamente, para afastar a situação registrada durante a vistoria realizada em agosto de 2026.

78. No que se refere à informação de que determinado local se encontra abrangido pelas obras de resiliência climática no trecho de Candelária, com remoção da sinalização pelas equipes de obra e implantação de sinalização temporária, entende-se que tal circunstância deve ser analisada considerando a localização específica do apontamento e a comprovação de que, na data da vistoria, o trecho se encontrava devidamente sinalizado em função das obras. A simples informação de remoção posterior da placa não descaracteriza, por si só, a condição registrada pelo TN.

79. Quanto ao ID 50, assiste razão à Concessionária exclusivamente em relação ao enquadramento indicado no Relatório de Vistoria. Onde consta o Item 3.1.1 do PER, deve ser considerado o Item 3.1.2 – Sinalização e Elementos de Proteção e Segurança, tratando-se de erro material de classificação, sem prejuízo da condição registrada fotograficamente.

80. Por fim, quanto ao pedido para que os fatos não repercutam na aplicação de penalidades, descontos em CSP, IQD ou demais consequências contratuais, entende-se que a análise dos apontamentos do TN deve permanecer restrita à verificação das condições constatadas em vistoria e ao respectivo atendimento, cabendo eventual repercussão contratual ser avaliada no âmbito e momento próprios, conforme as disposições aplicáveis.

81. Diante do exposto, os argumentos apresentados não são suficientes para afastar os apontamentos dos IDs 41, 50, 57 e 77, ressalvada a retificação do enquadramento do ID 50 para o Item 3.1.2 do PER.

82. Para os IDs 43, 44 e 65 classificado como “Vegetação distante a menor que o mínimo admissível (4,0m)", após análise das considerações apresentadas pela Concessionária e reavaliação dos registros fotográficos que fundamentaram os apontamentos, verifica-se que o Item 3.1.6 do PER estabelece a execução de serviços de roçada, poda e capina na faixa de domínio, contemplando largura mínima de 4,0 m, bem como parâmetros específicos relacionados ao controle da vegetação. Entretanto, o referido dispositivo não estabelece, de forma genérica, afastamento mínimo de 4,0 m entre espécimes arbustivos ou arbóreos e o bordo do acostamento.

83. Os registros dos IDs 43 e 44 apresentam medições da distância entre a vegetação e a rodovia, enquanto o ID 65 evidencia a presença de vegetação arbustiva junto à lateral da plataforma. Contudo, tais registros, isoladamente, não demonstram que a vegetação rasteira exceda o limite de altura previsto no parâmetro de desempenho, tampouco caracterizam objetivamente interferência na visibilidade dos usuários ou situação de perigo à segurança do tráfego que justifique o enquadramento específico aplicável às árvores e arbustos.

84. Dessa forma, entende-se pertinente a manifestação da Concessionária quanto à inexistência, no PER, de parâmetro que estabeleça simplesmente o afastamento mínimo de 4,0 m da vegetação em relação ao bordo do acostamento, não se mostrando adequada a manutenção dos apontamentos com a fundamentação originalmente registrada.

85. Ressalta-se, contudo, que permanece obrigação da Concessionária executar os serviços de poda, roçada e capina e manter os parâmetros de desempenho previstos no Item 3.1.6 do PER, inclusive quanto ao controle da vegetação rasteira e à eliminação de vegetação que comprometa a visibilidade ou represente risco à segurança viária.

86. Para os IDs 05 e 32 referentes à “Vegetação rasteira com altura superior a 30 cm", a Concessionária argumenta que a avaliação da altura da vegetação deveria considerar uma amostragem representativa da área, mediante utilização de quadrante, de modo a evitar que exemplares isolados sejam utilizados para caracterização de não conformidade.

87. Entretanto, o Item 3.1.6 do PER estabelece como parâmetro de desempenho a ausência total de vegetação rasteira com comprimento superior a 30 cm nos demais locais da faixa de domínio, numa largura mínima de 4 m, não sendo identificada, no referido dispositivo, previsão de metodologia por quadrantes, cálculo de altura média ou tolerância específica para exemplares que ultrapassem o limite estabelecido.

88. Nos apontamentos em análise, a fiscalização realizou aferição direta em campo, com utilização de instrumento de medição, registrando aproximadamente 1.540 mm no ID 05 e 880 mm no ID 32, valores significativamente superiores ao limite contratual de 300 mm.

89. Quanto à metodologia da ANTT indicada pela Concessionária, observa-se que o trecho reproduzido em sua própria manifestação prevê a utilização de trena ou régua para aferição do parâmetro, procedimento compatível com aquele adotado pela fiscalização. Não se identifica, no excerto apresentado, determinação de utilização obrigatória de quadrantes, cálculo de médias ou outro procedimento amostral que impeça a constatação mediante medição direta.

90. Da mesma forma, a informação de que a Concessionária executa, em média, 1,3 ciclos mensais de roçada demonstra a realização de atividades rotineiras de conservação, porém não afasta a condição objetivamente constatada nos locais e na data da vistoria, uma vez que o parâmetro contratual está relacionado à condição da vegetação a ser mantida, e não exclusivamente à frequência de execução dos serviços.

91. Registra-se, por outro lado, que a informação de execução posterior dos serviços de roçada, acompanhada dos respectivos registros fotográficos, deverá ser considerada para fins de verificação do atendimento dos apontamentos e do cumprimento do prazo estabelecido no TN. A correção realizada dentro do prazo contratual caracteriza o atendimento da não conformidade, mas não descaracteriza a condição que motivou sua emissão.

92. Dessa forma, não se acolhem os argumentos apresentados quanto à descaracterização dos IDs 05 e 32, mantendo-se os apontamentos efetuados pela fiscalização, sem prejuízo do reconhecimento de seu posterior atendimento, caso comprovada a execução dos serviços dentro do prazo estabelecido.

93. Para os IDs 02 / 11 / 12 / 19 / 23 / 26 / 49 / 51 / 54 / 56 / 58 / 60 / 66 / 67 / 70 / 78 / 82 / 87 / 90 / 91 as correções dos defeitos/constatações realizadas no pavimento da rodovia não atenderam às especificações do DAER/RS.

94. Conforme registro fotográfico abaixo, retirado da Ficha - Operações, apresentada no anexo (3381164), está demonstrado exemplo de reparo provisório e não definitivo, não atendendo às especificações do DAER/RS.

PARTE DA OPERAÇÃO

OPERAÇÃO	Reparos de Panelas				RESPONSÁVEL			
GRUPO	Auscultação - Pavimento				CUSTO R$:	0		
RODOVÍA	KM INICIO	KM FINAL	SITUAÇÃO	DATA DE INÍCIO	DATA DO PRAZO	DATA FIN	CANTIDAD	AREA
RSC-287 Plena via 'Trecho Médio (Oeste)'	151+0175	151+0175	Total	13/08/2026 18:00	16/08/2026 18:00	14/08/2026 10:17	0	0,00

AFEC. INC. TRÁFEGO	AFEC. FIM TRÁFEGO	OBSERVAÇÕES
Tráfego normal. Estrada aberta.	Tráfego normal. Estrada aberta.	TRO 086 - ID 56 Na imagem se lê TRO 085, porém o correto é TRO 086

DOCUMENTOS ASSOCIADOS



95. A SERG/SPR/DFCR registra que, conforme descrito no item 3.3.1 do PER, **as correções dos defeitos/constatações realizadas no pavimento da rodovia deverão**, obrigatoriamente, atender às especificações do DAER/RS (remendo superficial), inclusive para as panelas, devendo o local de correção ser cortado no esquadro, de maneira que a camada de recomposição apresente superfície nivelada, admitindo-se, **no entanto, remendos cujas deformações/desníveis sejam inferiores a 5 mm em relação ao pavimento original (medido com régua de 3,6 m), conforme previsto no item 3.1.1 do Programa de Exploração da Rodovia (PER)**;

96. Embora a Concessionária tenha apresentado registros fotográficos indicando a execução de intervenções nos locais apontados, **a apresentação de registro fotográfico, por si só, não é suficiente para comprovar a conformidade do reparo executado**. As evidências deverão permitir a verificação objetiva do atendimento aos parâmetros técnicos aplicáveis, especialmente quanto ao nivelamento da recomposição, à qualidade do acabamento e à efetiva correção da não conformidade constatada. Assim, quando os registros apresentados não possibilitarem essa verificação, a ocorrência não poderá ser considerada regularizada até que sejam apresentadas evidências suficientes para sua adequada avaliação.

97. **Quanto ao prazo de atendimento**, esclarece-se que os **15 (quinze) dias** estabelecidos no Termo de Notificação referem-se exclusivamente ao prazo máximo para **encaminhamento das evidências comprobatórias das correções realizadas**, não constituindo prazo adicional, substitutivo ou prorrogativo para a execução dos serviços. As não conformidades deverão ser corrigidas nos prazos específicos estabelecidos no PER, conforme a natureza de cada apontamento, permanecendo, para as constatações classificadas como **panela, o prazo de 24 (vinte e quatro) horas**, previsto no item 3.1.1 do PER.

98. Dessa forma, eventual correção executada após o prazo contratualmente estabelecido não será considerada tempestiva pelo fato de a respectiva comprovação ter sido apresentada dentro do prazo de 15 (quinze) dias. Do mesmo modo, a execução da intervenção dentro do prazo aplicável não afasta a necessidade de comprovação de sua conformidade técnica.

99. Assim, para fins de encerramento das ocorrências, deverão ser comprovados, quando aplicáveis, tanto o atendimento ao prazo estabelecido no PER quanto a efetiva correção da não conformidade em conformidade com os parâmetros técnicos e contratuais pertinentes.

100. Para evidenciar a correção, a concessionária deverá encaminhar o registro fotográfico constando a solução provisória/emergencial, se for o caso, e a definitiva.

101. Também é importante frisar que a concessionária menciona no Ofício RSM nº 313/2026-PC que conta com 11 (onze) equipes, totalizando mais de 100 (cem) pessoas destinadas exclusivamente à conservação da rodovia.

102. É preciso destacar que, nas datas da vistoria, nos dois (2) dias, a fiscalização visualizou o total de três (3) equipes da concessionária realizando atividades de manutenção e conservação (2 equipes de poda/roçada, 1 equipes de pavimentação).

103. Diante de tudo isso, recomenda-se à concessionária que os veículos e equipes de inspeção procedam a uma avaliação com maior acuidade e criticidade de pontos passíveis de manutenção e conservação de rotina. Tendo em vista que as constatações registradas e argumentadas pela concessionária no Ofício RSM nº 313/2026-PC são passíveis de simples medidas preventivas e/ou corretivas, antes mesmo dos atos fiscalizatórios, o que evitaria tais apontamentos em relatórios de vistorias e atenderia plenamente aos dispositivos contratuais previstos.

104. Por fim, a SERG/SPR/DFCR destaca que, ao vislumbrar inconsistência, erros ou equívocos nos apontamentos realizados durante as vistorias, mediante argumentação correta e pertinente da concessionária, sempre irá reconhecer e proceder à supressão das constatações – assim como já o fez, visando manter e preservar a harmonia contratual, em especial, para não causar impactos e prejuízos à concessionária.

VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

105. A Concessionária encaminhou, dentro do prazo de **15 (quinze) dias** estabelecido no Termo de Notificação, documentação e evidências referentes às intervenções realizadas nos defeitos e constatações apontados pela fiscalização;

106. A SERG/SPR/DFCR registra que procedeu à análise da documentação abrangida pelo prazo determinado pelo Poder Concedente no Termo de Notificação. Ademais, quaisquer manifestações realizadas pela concessionária, fora deste prazo, deverão ser encaminhadas à AGERGS.

107. Quanto ao pleito de concessão de prazo adicional de 95 (noventa e cinco) dias, a (SERG/SPR/DFCR) manifesta-se pelo não acolhimento, considerando que os parâmetros de desempenho e os respectivos prazos de atendimento encontram-se estabelecidos no PER, cabendo à Concessionária organizar os recursos, equipes, materiais e demais meios necessários ao cumprimento das obrigações contratuais.

108. Entretanto, a SERG/SPR/DFCR é favorável à extensão do prazo em 2 (dois) dias, com base na evidência de ocorrência de precipitação pluviométrica nos dias 14 e 16 de agosto de 2026.

109. Ressalta-se que o prazo de 15 (quinze) dias estabelecido no Termo de Notificação refere-se ao encaminhamento das evidências comprobatórias, não constituindo prazo adicional, substitutivo ou prorrogativo para a execução das correções. Permanecem aplicáveis os prazos específicos estabelecidos no PER para cada tipo de ocorrência, inclusive o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para as constatações classificadas como panela, conforme item 3.1.1 do PER.

110. Após a análise das evidências apresentadas, foram considerados atendidos os IDs 01 / 03 a 05 / 24 / 28 / 29 / 32 / 41 / 43 / 48 / 55 / 57 / 59 / 61 / 62 / 65 / 74 / 75 / 77 / 92, uma vez que a Concessionária apresentou elementos suficientes para comprovar a correção das respectivas ocorrências dentro do prazo aplicável.

111. Por outro lado, permanecem não atendidos os IDs 02 / 06 a 23 / 25 a 27 / 30 / 35 a 38 / 40 / 42 / 44 a 47 / 49 a 54 / 56 / 58 / 60 / 63 / 64 / 66 a 73 / 76 / 78 a 91 / 93 / 94, tendo em vista a ausência de evidências ou a apresentação de registros insuficientes para comprovar a adequada correção das não conformidades e o atendimento aos parâmetros técnicos aplicáveis.

112. Quanto aos IDs 31, 33, 34 e 39, embora tenham sido apresentadas evidências de correção, verificou-se que o atendimento ocorreu fora do prazo estabelecido, devendo tal circunstância ser considerada na avaliação do cumprimento das obrigações contratuais.

113. Com base no Ofício RSM nº 313/2026-PC e respectivo anexo, verifica-se que a concessionária apresentou evidências das intervenções realizadas. Contudo, a análise dos registros encaminhados demonstra que parte das intervenções não foi suficiente para caracterizar a adequada correção das constatações apontadas.

114. Com relação aos 47 (quarenta e sete) apontamentos para os quais a Concessionária informa que as intervenções permanecem em execução, conforme Cronograma de Atividades apresentado no Anexo 3 do Ofício RSM nº 313/2026-PC, registra-se que a programação ou execução futura dos serviços não se confunde com o efetivo atendimento das não conformidades constatadas. Dessa forma, tais apontamentos permanecem pendentes até a apresentação de evidências suficientes que comprovem a conclusão das intervenções e a efetiva regularização das ocorrências, sem prejuízo da avaliação quanto ao cumprimento dos respectivos prazos contratuais.

115. Contrato de Concessão SELT nº 20/2021 e o Programa de Exploração da Rodovia (PER) deixam claro à concessionária a obrigação contratual de substituição e/ou manutenção de todos os elementos que constituem o sistema rodoviário, bem como não define data e/ou dia em que as vistorias possam ser realizadas pela SELT, AGERGS e/ou SERG.

116. A eventual dificuldade relacionada à logística, ao dimensionamento de estoques, à disponibilidade de fornecedores ou à mobilização de equipes técnicas insere-se no âmbito da gestão operacional da Concessionária e, por si só, não afasta os prazos e parâmetros de desempenho estabelecidos contratualmente.

117. Os parâmetros de desempenho para cada etapa e os prazos de atendimento estão previstos no Programa de Exploração da Rodovia (PER), sendo obrigação da concessionária o atendimento nos prazos definidos, inclusive em relação aos defeitos que necessitem de intervenção em um período de 24 horas.

118. Cabe registrar à concessionária que as atividades fiscalizatórias desenvolvidas pelos diferentes atores (SELT, AGERGS e SERG) não são punitivas ou arbitrárias, visto que realizadas em sintonia com os dispositivos contratuais.

119. Diante do exposto, a SERG/SPR/DFCR recomenda ao Poder Concedente o encaminhamento do presente expediente à AGERGS, para conhecimento e avaliação, no âmbito de suas competências, quanto às medidas eventualmente cabíveis em razão dos apontamentos não atendidos e/ou atendidos fora dos prazos estabelecidos, inclusive quanto às disposições do item 18.2 do Contrato de Concessão SELT nº 20/2021.

120. Por fim, recomenda-se, igualmente, a avaliação quanto à aplicabilidade das disposições constantes do Anexo 7 do Contrato de Concessão SELT nº 20/2021, no que se refere ao cálculo do Índice de Qualidade de Desempenho – IQD.

121.

Esta é a nota técnica,

Porto Alegre, 10 de setembro de 2026.

GEÓLOGO MSc. ROBERTO NUNES VANACÔR
Divisão de Fiscalização de Operação e Manutenção

ENG.ª CIVIL MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA PROENÇA
Divisão de Fiscalização de Operação e Manutenção

ENG.° CIVIL CARLOS WAGNER SAMPAIO
Divisão de Fiscalização de Operação e Manutenção

ENG.° CIVIL RICARDO VON MUHLEN
Diretor do Departamento de Fiscalização de Concessões Rodoviárias

Documento assinado eletronicamente por **Roberto Nunes Vanacor**, em 10/09/2026, às 06:04, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de assinatura eletrônica simples, com fundamento no inciso I e § 3º do art. 4º do Decreto Estadual nº 56.671, de 26 de setembro de 2022.

Documento assinado eletronicamente por **Maria Cristina de Oliveira Proença**, em 10/09/2026, às 12:52, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de assinatura eletrônica simples, com fundamento no inciso I e § 3º do art. 4º do Decreto Estadual nº 56.671, de 26 de setembro de 2022.

Documento assinado eletronicamente por **Carlos Wagner Sampaio**, em 10/09/2026, às 12:57, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de assinatura eletrônica simples, com fundamento no inciso I e § 3º do art. 4º do Decreto Estadual nº 56.671, de 26 de setembro de 2022.

Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Von Muhlen**, em 15/09/2026, às 17:39, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de assinatura eletrônica simples, com fundamento no inciso I e § 3º do art. 4º do Decreto Estadual nº 56.671, de 26 de setembro de 2022.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rs.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3487100** e o código CRC **BF734B7B**.

Avenida Borges de Medeiros, 1502 - 2º andar Ala Sul - Bairro Praia de Belas -
CEP 90119900, Porto Alegre / RS - https://www.reconstrucao.rs.gov.br/inicial

Referência: Processo nº 26/0400-9000300-5
Documento SEI nº 3487100